

Samuel Machado da Silva

**O TRABALHO COM FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADES: UMA  
ANÁLISE DO PROJETO FAMÍLIA CIDADÃ BH- SEM MISÉRIA NO MUNICÍPIO  
DE BELO HORIZONTE**

Belo Horizonte

2018

Samuel Machado da Silva

**O TRABALHO COM FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADES: UMA  
ANÁLISE DO PROJETO FAMÍLIA CIDADÃ BH- SEM MISÉRIA NO MUNICÍPIO  
DE BELO HORIZONTE**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista.

Orientador: Marcos Arcanjo de Assis

Belo Horizonte

2018

S188t Silva, Samuel Machado da.  
O trabalho com famílias em situação de vulnerabilidades [manuscrito]  
: uma análise do Projeto Família Cidadã BH-Sem Miséria no município de  
Belo Horizonte / Samuel Machado da Silva. – 2018.  
[11], 87 f. : il.

Monografia de conclusão de Curso (Especialização em Administração  
Pública, Planejamento e Gestão Governamental) – Fundação João  
Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2018.

Orientador: Marcos Arcaño de Assis

Bibliografia: f. 84-86

1. Assistência social – Família – Belo Horizonte (MG). 2. Política  
social – Belo Horizonte (MG). 3. Vulnerabilidade social – Belo Horizonte  
(MG). I. Assis, Marcos Arcaño de. II. Título.

CDU 36(815.11)

Samuel Machado da Silva

O trabalho com famílias em situação de vulnerabilidades: uma análise do Projeto Família Cidadã BH-Sem Miséria no município de Belo Horizonte

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista.

**Aprovado(a) na Banca Examinadora**

---

Prof. Marcos Arcanjo de Assis, Orientador, Fundação João Pinheiro

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carla Bronzo Ladeira, Avaliadora, Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 29 de junho de 2018.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço,

À Deus, em primeiro lugar, pela vida.

Ao meu orientador, Marcos Assis, pelos ensinamentos e atenção que facilitou meu aprendizado, pela confiança e apoio durante esse percurso.

Aos professores, em especial à Carla Bronzo, aos meus colegas.

À minha família, por entender minhas ausências em vários momentos e em especial à minha mãe pelo apoio e pelos inúmeros esforços para me auxiliar.

Aos meus colegas de trabalho, nas pessoas do Sr Anníbal e da Sra Campos pelo convívio diário e prazeroso.

Aos meus amigos Renata Chaves, Viviane e Leonardo que estão sempre apoiando na minha caminhada.

## RESUMO

A presente monografia tem como tema o trabalho com famílias vulneráveis e toma como objeto a experiência do Projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria em Belo Horizonte. A pesquisa busca discutir as dificuldades do planejamento do trabalho com este público, a partir da identificação do perfil de vulnerabilidade das famílias beneficiárias, dos itinerários de intervenção desenhados para algumas destas famílias. Para isso, foi realizada uma sistematização e análise de dados secundários do Sistema de Gestão de Políticas Sociais da PBH e dos Planos de Ação Familiar, documento que planeja o trabalho com as famílias no âmbito do Projeto. Observou-se que o projeto inovou no trabalho com famílias, uma vez que propôs a participação da família no planejamento das ações, além de trazer um Sistema de informação para o acompanhamento e monitoramento. Contudo, na análise dos casos estudados, percebeu-se uma baixa convergência entre as ações planejadas e as vulnerabilidades diagnosticadas. Assim, a pesquisa pretende contribuir para a temática do trabalho social com famílias vulneráveis, ao elucidar os desafios da intervenção proposta pelo Projeto Família Cidadã BH – Sem miséria.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social. Trabalho social com famílias. Projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria.

## **ABSTRACT**

This monograph focuses on working with vulnerable families and takes as its object the experience of the Projeto Família Cidadã - BH Sem Miséria in Belo Horizonte. The research seeks to discuss the difficulties of planning the work with this public, from the identification of the vulnerability profile of the beneficiary families, the intervention itineraries designed for some of these families. For this, a systematization and analysis of secondary data of PBH's Social Policy Management System and Family Action Plans was carried out, a document that plans to work with families within the scope of the Project. It was observed that the project innovated in the work with families since it proposed the participation of the family in the planning of the actions, besides bringing an Information System for the monitoring and monitoring, but in the analysis of the studied cases, a low convergence between planned actions in relation to the diagnosed vulnerabilities. Thus, the research intends to contribute to the thematic of social work with vulnerable families, in elucidating the challenges of intervention with vulnerable families.

**Keywords:** Social vulnerability. Social work with families. Citizen Family Project - BH Without Misery.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Gráficos

Gráfico 1 –	Quantidade de situações de vulnerabilidade identificadas por dimensão, Projeto Família Cidadã- BH Sem Miséria, 2016 .....	59
Gráfico 2 –	Quantidade de situações de vulnerabilidade por regional, Projeto Família Cidadã- BH Sem Miséria, 2016 .....	60
Gráfico 3 –	Quantidade de situações de vulnerabilidade identificadas no Núcleo BHC Vila Biquinhas por dimensão, Projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria, 2016 .....	63
Gráfico 4 –	Quantidade de situações de vulnerabilidade relacionais por subtópico, Núcleo BHC Vila Biquinhas, Projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria, 2016 .....	65
Gráfico 5 –	Quantidade de situações de vulnerabilidade por ciclo de vida, dependência e deficiência por subtópico, Núcleo BHC Vila Biquinhas, Projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria, 2016 .....	66
Gráfico 6 –	Quantidade de situações de vulnerabilidade por escolaridade por subtópico Núcleo BHC Vila Biquinhas, Projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria, 2016 .....	67
Gráfico 7 –	Quantidade de situações de vulnerabilidade material por subtópico Núcleo BHC Vila Biquinhas, Projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria, 2016 .....	68
Gráfico 8 –	Quantidade de situações de vulnerabilidade de emprego e qualificação profissional por subtópico Núcleo BHC Vila Biquinhas, Projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria, 2016 .....	69
Gráfico 9 –	Quantidade de situações de vulnerabilidade por condições habitacionais por subtópico Núcleo BHC Vila Biquinhas, Projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria, 2016 .....	70

Gráfico 10 –	Quantidade de situações de vulnerabilidade de saúde por subtópico Núcleo BHC Vila Biquinhas, Projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria, 2016 .....	71
Gráfico 11 –	Quantidade de situações de vulnerabilidade de acesso a serviços e documentação civil por subtópico Núcleo BHC Vila Biquinhas, Projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria, 2016 .....	72
Quadros		
Quadro 1 –	Enfoques de pobreza .....	20
Quadro 2 –	Metodologias de trabalho com famílias .....	36
Quadro 3 –	Critérios de elegibilidade das famílias – 1ª fase .....	40
Quadro 4 –	Tipos de vulnerabilidades .....	54
Quadro 5 –	Número de Famílias por Núcleo BHC/CRAS .....	57

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Vulnerabilidades e Ações Planejadas por Família Seleccionada do Núcleo BHC Vila Biquinhas .....	75
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVEO –	Ativos, Vulnerabilidade e Estrutura de Oportunidades
BPC –	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO –	Cadastro Único para Programas Sociais
CRAS –	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS –	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FJP –	Fundação João Pinheiro
GEIMA –	Gerência de Informação, Monitoramento e Avaliação
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDF –	Índice de Desenvolvimento Familiar
IQVU –	Índice de Qualidade de Vida Urbana
IVS –	Índice de Vulnerabilidade à Saúde
PAEFI –	Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos
PAF –	Plano de Ação Familiar
PBF –	Programa Bolsa Família
PBH –	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PBHC –	Programa BH Cidadania
SCFV –	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos
SIGPS –	Sistema de Informação e Gestão de Políticas Sociais
SMAAS -	Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social
SMASAC –	Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
SMPS –	Secretaria Municipal de Políticas Sociais
SUMOG –	Subsecretaria de Modernização da Gestão

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 VULNERABILIDADE (S): CONCEITOS, TIPOS E</b> .....	17
<b>2.1 Pobreza e vulnerabilidade: des(conexões) conceituais</b> .....	17
<b>2.2 Vulnerabilidade: tipos, dimensões e enfoques</b> .....	23
<b>2.3 Metodologias de trabalho com as famílias</b> .....	28
<b>3 O PROJETO FAMÍLIA CIDADÃ – BH SEM MISÉRIA: HISTÓRICO, DESENHO E METODOLOGIA</b> .....	38
<b>3.1 Histórico do Projeto Família Cidadã – BH sem Miséria</b> .....	38
<b>3.2 O Plano de Ação Familiar (PAF)</b> .....	45
<b>3.3 Rodas de Conversa: Metodologia de Trabalho Integrativa e Participativa</b> .....	47
<b>3.4 Sistema de Informação e Gestão das Políticas sociais (SIGPS): Uma ferramenta para a gestão intersetorial</b> .....	49
<b>4 TRÊS OLHARES SOBRE A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO COM FAMÍLIAS VULNERÁVEIS NO PROJETO FAMÍLIA CIDADÃ – BH SEM MISÉRIA: O QUE ENSINAM O DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO?</b> .....	52
<b>4.1 Nota Metodológica</b> .....	52
<b>4.2 Um olhar geral para as vulnerabilidades das famílias atendidas pelo projeto</b> .....	57
<b>4.3 Um olhar específico para as vulnerabilidades das famílias atendidas pelo projeto – o Núcleo BHC Vila Biquinhas</b> .....	62

<b>4.4 Um olhar para o planejamento do trabalho com seis famílias vulneráveis no Núcleo BHC Vila Biquinhas .....</b>	<b>73</b>
<b>4.4.1 PAF da família da .....</b>	<b>77</b>
<b>4.4.2 PAF da Família da Belarmina .....</b>	<b>77</b>
<b>4.4.3 PAF da Família da Carmélia .....</b>	<b>78</b>
<b>4.4.4 PAF da Família da Divina .....</b>	<b>78</b>
<b>4.4.5 PAF da Família da Edivalda .....</b>	<b>79</b>
<b>4.4.6 PAF da Família da Francisca .....</b>	<b>79</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>80</b>
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>84</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>87</b>
<b>ANEXO A – Fluxograma de Seleção das Famílias do Projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria .....</b>	<b>87</b>
<b>ANEXO B – Plano de Ação Familiar (PAF) .....</b>	<b>88</b>
<b>ANEXO C – Consolidado: Vulnerabilidades de famílias acompanhadas pelo projeto Família Cidadã .....</b>	<b>90</b>
<b>ANEXO D – Núcleo BHC Vila Biquinhas - Consolidado: Vulnerabilidades de famílias acompanhadas pelo projeto Família Cidadã .....</b>	<b>93</b>
<b>ANEXO E – Quadro de Vulnerabilidades total .....</b>	<b>96</b>
<b>ANEXO F – Quadro de Vulnerabilidades por Núcleo BHC e por regional .....</b>	<b>98</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século vinte foram marcadas pelo processo de globalização da economia capitalista, resultando em mudanças socioeconômicas, tecnológicas e culturais.

Como reflexo da estrutura de poder instituída, principalmente no que tange às mudanças econômicas, acentuam-se as desigualdades sociais e de renda das famílias, afetando as suas condições de sobrevivência, minando as expectativas de superação desse estado de pobreza e reforçando sua submissão aos serviços públicos existentes. (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2013, p. 17)

Conforme as autoras, temos um cenário que reforçam as desigualdades, precariedades e ausências como “a falta de emprego, de salários, de propriedades, de moradia, de um nível mínimo de consumo; ausência ou dificuldades no acesso a crédito, a terra, a educação, a cidadania, a bens e serviços públicos básicos.” (Cronemberger; Teixeira, 2013, p. 17). As famílias que vivenciam essas dificuldades estão excluídas das políticas sociais básicas como trabalho, educação, saúde, habitação, segurança alimentar. Estamos tratando de aspectos objetivos, pautados em condições financeiras e materiais, mas não podemos desconsiderar os aspectos subjetivos que afetam as famílias, como a fragilidade dos laços de convivências e vínculos, baixa estima, redução de suas capacidades e da autonomia, além da perda de identidade cultural.

Reverter esse contexto de probabilidade de rupturas só é possível com a implementação de ações de bem-estar proporcionadas pelo Estado. Mas por se tratar de um objeto complexo e que sofre a influência de fatores multicausais, a forma como se planeja a política/ programa/projeto exige um trabalho de articulação muito bem estruturada entre os setores públicos envolvidos, pois a operacionalização da proposta depende da sinergia da percepção de cada área sobre o público-alvo (famílias pobres e vulneráveis), bem como abrange entregas de natureza diversificada (como benefícios, serviços e produtos). Não podemos nos iludir e considerar que este é um processo simples e rápido de ser estabelecido, tampouco que a definição de modelos padronizados e rígidos trarão as respostas tão almejadas.

Em conformidade com essa percepção, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte criou o Projeto *Família Cidadã - BH Sem Miséria*, por meio do Decreto Municipal nº 14.878, de 02 de abril de 2012, em consonância com as diretrizes do Plano

Federal *Brasil Sem Miséria*, determinado pelo Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011. Conforme Decreto, o projeto visa “promover ações integradas que favoreçam a inserção e permanência, na rede de serviços das políticas públicas, de famílias em situação de alta vulnerabilidade social no Município (...)”.

Desde a sua origem, no ano de 2008, o projeto propôs desenvolver ações com famílias vulneráveis nas áreas de Transferência de Renda, Educação, Saúde, Assistência Social, Habitação, Qualificação profissional e Trabalho, Segurança Alimentar e Nutricional, Cultura, Esportes e Lazer. Neste momento, houve a incorporação do Projeto Municipal *Família Cidadã - BH Sem Miséria* ao Programa BH Cidadania, cuja estrutura está vinculada à Secretaria Municipal de Políticas Sociais (SMPS). O propósito é realizar o acompanhamento mais sistemático das famílias vulneráveis por meio de atuações integradas de diversas políticas públicas municipais, num momento inicial atendendo às famílias do Núcleo BH Cidadania Conjunto Jardim Felicidade.

Em 2010 há a ampliação do projeto para 25 Núcleos BHC, com a meta de atendimento estabelecida em 750 famílias. Neste momento são aprimorados os critérios de seleção das famílias, também é realizado um diagnóstico da situação da família e estabelecido um termo de adesão para as famílias participantes. Depois há a construção e desenvolvimento do Plano de Ação Familiar (PAF), ferramenta de trabalho onde as vulnerabilidades são captadas e transformadas em propostas de ação com metas. Na sequência há a inserção das famílias nos serviços da rede local e regional, para acompanhamento sistematizado das famílias pelas políticas temáticas. O monitoramento das ações acontece através do Comitê Gestor Central, uma proposta que ressalta a transversalidade e o trabalho em rede. Com toda essa mobilização, foi possível o acompanhamento de 742 famílias pelo projeto até o ano de 2011.

Em 2012 ocorre um balanço dessa primeira fase do projeto, que resulta na instituição legal do mesmo por meio do Decreto nº 14.878, de 02/04/2012. Também ocorrem ajustes metodológicos e de quantitativo de famílias a serem inseridas no projeto, elevando a meta de atendimento para 2.041 famílias. No ano de 2014 ocorre um seminário de Repactuação do Projeto, com a presença do prefeito, secretários das pastas envolvidas e demais participantes. No ano seguinte há a revisão dos critérios de seleção, gerando maior flexibilidade na seleção e acompanhamento das famílias participantes da segunda fase do

projeto, e a previsão da ampliação da cobertura do projeto para os 34 Núcleos BH Cidadania.

Para este trabalho monográfico, estabelecemos como objetivo geral analisar a situação de vulnerabilidade e pobreza das famílias atendidas pelo projeto *Família Cidadã - BH Sem Miséria* e verificar em que medida o planejamento realizado para atendê-las prevê ações que tenham relações com aquelas diversas vulnerabilidades apresentadas. Para respaldar essa questão, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: identificar o cenário da pobreza e vulnerabilidades no município de Belo Horizonte, a partir do perfil das Famílias Cidadãs; identificar o BHC/CRAS que apresenta o maior número de família vulneráveis no município; analisar se ações planejadas pelos técnicos do projeto correspondem às vulnerabilidades apresentadas pelas famílias participantes do projeto.

Encontrar respostas para as perguntas deste trabalho é relevante por duas razões. Num enfoque de estudo avaliativo, porque elucida pontos de atenção sobre o desenho e a execução do projeto em análise, que podem ser considerados pelos gestores da pasta de políticas sociais da Prefeitura de Belo Horizonte, para o aperfeiçoamento incremental das estratégias de trabalho social com famílias vulneráveis do município, ou seja, aprender com a experiência do projeto. Segundo, num enfoque mais acadêmico, porque se soma ao estudo sobre o acompanhamento de famílias vulneráveis do mesmo projeto em um CRAS da cidade de Belo Horizonte, realizado por Barbosa (2017).

Para alcançar os objetivos foi realizada uma revisão da literatura sobre as noções de pobreza e vulnerabilidade social e sobre metodologias de trabalho com famílias, o que se apresenta no capítulo 2. O resultado da leitura de documentos e normativas do Projeto Família Cidadã – BH sem Miséria é apresentado no capítulo 3, no qual se descrevem os objetivos do projeto, suas principais atividades, e apresenta o Plano de Ação Familiar, documento que organiza o trabalho com a família beneficiada. Por fim, o estudo sistematizou dados do SIGPS – Sistema de Informação e Gestão de Políticas Sociais relativos ao desenvolvimento do Projeto, para mapear o perfil de vulnerabilidade das famílias atendidas, bem como analisar os planos de ações elaborados para 6 famílias mais vulneráveis referenciadas no CRAS com perfil mais intenso de vulnerabilidade dentre os 34 do município. Estes dados são apresentados e discutidos no capítulo 4. O trabalho ainda conta com considerações finais, onde constam os principais resultados apresentados no

decorrer da pesquisa bem como apontamento de questões importantes que poderão ser objeto de futuras investigações.

## **2 VULNERABILIDADE(S): CONCEITOS, TIPOS E ENFOQUES**

Esse capítulo tem como objetivo discutir o referencial teórico que baliza a reflexão dessa monografia e está subdividido em três tópicos. O primeiro aponta algumas considerações sobre as relações dos conceitos de vulnerabilidade e pobreza. O segundo detalha os tipos, dimensões e enfoques teóricos sobre vulnerabilidade e o terceiro discorre e reflete sobre metodologias de trabalho com famílias vulneráveis.

### **2.1 Pobreza e vulnerabilidade: des (conexões) conceituais**

Quando se pensa no estabelecimento de políticas públicas para enfrentar a pobreza, é fundamental fazer a conceituação de vulnerabilidade, posto que a multiplicidade de elementos que podem interferir na sua conceituação pode impactar intensamente não apenas no processo de focalização, mas também nas propostas de escolhas a que se propõe solucionar (BRONZO, 2008).

Mendes (2015) traz à baila a discussão de diversos autores a respeito do conceito de vulnerabilidade social. Na primeira parte (*apud* Dwyer, 2004 e EC-DgE, 2008, p.73) trabalha o conceito de vulnerabilidade social como a capacidade de uma pessoa se recuperar dos transtornos acometidos por um desastre natural. Posteriormente (*apud* Wisner, 2004 e Hufschmidt, 2005) apresenta a definição de vulnerabilidade social como o grau de resiliência e de resistência dos indivíduos e comunidades quando são sujeitadas aos acontecimentos que lhes expõem a riscos.

Têm-se ainda os conceitos apresentados por (Prescott-Allen, 2001, Eakin e Luers, 2006 *apud* Mendes 2015), para quem a vulnerabilidade social acontece quando existe interação entre o ser humano e o ambiente, como levanta Phillips e at. (2009), que a vulnerabilidade social se assenta no grau da predisposição individual ou coletiva para ser atingido pelos riscos e na capacidade de resposta aos perigos.

É importante salientar também que, independente das diferentes concepções adotadas pelos autores, há um consenso entre os autores citados de que a vulnerabilidade social não é apenas consequência da exposição das famílias ou grupos aos perigos, mas o resultado de condições de desigualdade social que precedem à ocorrência desses processos, e que podem estar relacionados com fatores como a pobreza, a idade, o sexo ou a classe social (MENDES, 2015).

Os componentes da vulnerabilidade social variam de acordo com o perfil das comunidades em que as pessoas estão inseridas e, a princípio, não tem relação com a rigidez que constitui o lado biofísico dos riscos, mas sim com o grau de desenvolvimento econômico, com o acesso a recursos, os modos de vida, meios de subsistência das pessoas e dos grupos afetados. (Mendes, 2015). Assim, as populações vulneráveis são aquelas que se encontram em risco, não somente por estar exposta a processos predispostos a perigos, mas sim como consequência da marginalidade e exclusão em que vivem, fazendo das suas vidas uma “emergência permanente” (CUTTER, 2010; 2006 apud MENDES, 2015).

Vulnerabilidade e pobreza não são sinônimas, mas podem estar imbricados e até sobrepostos em algumas perspectivas. Assim, junto ao exercício de buscar uma definição que engloba a vulnerabilidade, é necessário definir (numa perspectiva mais abrangente) a pobreza, posto que também existem vários conceitos para esse fenômeno. Daí surge uma questão: Como escolher o conceito mais adequado quando se quer criar um projeto de intervenção social?

Faz-se necessário destacar, conforme explicado acima, que vulnerabilidade social não está ligada somente a riscos, ela advém da pobreza e de suas múltiplas facetas e das situações em que as pessoas se encontram como ciclo de vida, orientação sexual e a estrutura social que elas pertencem. Porém, existe um fator que sobrepõe a isso, e que precede a vulnerabilidade, que é a desigualdade social.

Quando se considera o conceito de Kartzman e Filgueira (2006), vulnerabilidade se configura quando os recursos dos domicílios são insuficientes para aproveitar oportunidades de acesso ao bem-estar. É importante destacar que muitos estudiosos afirmam que há certa confusão entre os conceitos de vulnerabilidade e pobreza.

Vulnerabilidade não se restringe à pobreza e nem todos os pobres são vulneráveis da mesma forma. Entretanto, não se pode desconsiderar que tais fenômenos estão interligados, uma vez que a vulnerabilidade é maior nas famílias pobres que possuem menor quantidade e diversidade de elementos para enfrentar os diversos riscos (BRONZO, 2008, p.3).

Elucidando ainda mais essa diferença entre os conceitos, Bronzo (2009) ressalta que os parâmetros da pobreza geralmente são mais estáticos e fixos no tempo, ao passo que a vulnerabilidade é uma referência mais ativa, está ligada às dinâmicas e movimentos de entrada e saída da pobreza. Neste sentido, a pobreza é caracterizada como parte e não como fator determinante para a vulnerabilidade.

A literatura traz diversos conceitos de pobreza, mas para balizar as discussões deste trabalho, nos concentraremos nos seguintes aspectos: pobreza monetária, necessidades básicas insatisfeitas, das capacidades, transitória e pobreza crônica (e algumas de suas abordagens). Outros dois também serão apresentados: a pobreza estrutural e ocasional.

Estes três primeiros enfoques podem ser verificados nos estudos de Bronzo (2007). Para a autora, o aspecto monetário da pobreza é caracterizado pela focalização na renda e no consumo dos indivíduos e domicílios, isto é, tanto para concepção quanto para mensuração da pobreza. Neste conceito, são considerados pobres os que não alcançam níveis de renda suficiente para satisfazer suas necessidades absolutas ou relativas estabelecidas para a sobrevivência. Já o enfoque das necessidades básicas insatisfeitas é centrado nos déficits e nos níveis de carência que condicionam a pobreza. Nesta visão, as pessoas caracterizadas como pobres são aquelas as quais o consumo de bens e serviços não atinge o mínimo considerado necessário. E por último, a autora traz um enfoque difundido por Amartya Sen, o das capacidades. Nesta concepção, as pessoas pobres são aquelas que

carecem de necessidades básicas para operar no meio social, bem como de oportunidades para alcançar níveis mínimos aceitáveis de realizações. Dessa forma, a pobreza é considerada “um problema social multidimensional e complexo, analisado como um conjunto de problemas relacionados a diversas características e situações presentes na realidade de alguns indivíduos”. (GONCALVES, 2015, p. 27).

Os outros dois enfoques sobre pobreza são trazidos por Barrientos (2007). Para o autor, as famílias em situação de pobreza transitória são aquelas que mostram variações de renda ou consumo ao redor da linha de pobreza. Ele ressalta que a pobreza crônica está associada ao componente permanente, enquanto a pobreza transitória é identificada com o componente flutuante. A pobreza crônica pode ser identificada por sua persistência ao longo do tempo. Neste sentido, um indivíduo, ou agregado familiar, é cronicamente pobre se o bem-estar observado ao longo de um período está abaixo da mínima norma social (BARRIENTOS, 2007).

#### **Quadro 1- Enfoques de Pobreza**

<b>Enfoque</b>	<b>Descrição síntese</b>
<b>Monetário</b>	Renda insuficiente para atender as necessidades estabelecidas para sobrevivência.
<b>Necessidades básicas insatisfeitas</b>	Consumo de bens e serviços inferior ao mínimo necessário.
<b>Capacidades</b>	Carência de necessidades básicas para operar no meio social e de oportunidades para alcançar os mínimos de realizações aceitáveis.
<b>Crônica</b>	Bem-estar abaixo do mínimo social por um período longo.
<b>Transitória</b>	Variação de renda ou consumo ao redor da linha da pobreza.

**Fonte:** Elaboração própria com base em Bronzo (2007) e Barrientos (2007).

Dentro do conceito de pobreza crônica, Barrientos (2007) aponta três subconceitos. O primeiro enfoca a duração dos períodos de pobreza e define como cronicamente pobre o agregado familiar que persiste abaixo da linha da pobreza. O segundo subconceito se concentra no déficit de renda ou consumo ao longo de um período de tempo. E o terceiro evidencia a probabilidade de um consumo futuro deficiente. Assim,

a definição de agregado familiar cronicamente pobre se baseia no consumo atual, que fica abaixo da linha da pobreza e, com base nas informações atuais, haver uma alta probabilidade de o consumo futuro também ficar na linha de pobreza ou abaixo dela.

Outros conceitos de pobreza importantes de destacar são os chamados de estrutural e ocasional (Carter e Barrett 2005, apud Barrientos, 2007). Eles defendem que o foco nos ativos<sup>1</sup> permite distinguir entre os estruturalmente pobres e os ocasionalmente pobres. Nas famílias que são estruturalmente pobres, os ativos são insuficientes para gerar meios de subsistência para elevar a família acima da linha de pobreza. Os agregados familiares que são ocasionalmente pobres têm ativos suficientes para ultrapassar a linha de pobreza. Mesmo com dados empíricos, os autores argumentam que pode ser difícil diferenciar entre esses dois grupos de pobres quando se utiliza exclusivamente renda ou despesa, mas com o foco em ativos é possível distingui-los.

Ao analisar a concepção de (Carter e Barrett 2005, apud Barrientos, 2007), sobre a importância dos ativos para diferenciar os tipos de pobreza, percebe-se semelhança ao que Moser (1997) utiliza para classificar a intensidade da vulnerabilidade. Para a autora, a vulnerabilidade está intimamente ligada à propriedade de ativos. Neste sentido, quanto mais ativos as pessoas têm, menos vulneráveis elas são e quanto maior a erosão de seus ativos, maior sua insegurança.

Moser (1997), ao capturar os muitos aspectos da mudança do bem-estar socioeconômico, incorporou ao conceito de vulnerabilidade a insegurança do bem-estar de indivíduos, famílias ou comunidades em face de um ambiente em mudança. Segundo a autora, as mudanças ambientais que ameaçam o bem-estar podem ser ecológicas, econômicas, sociais ou políticas, e podem assumir a forma de choques repentinos, tendências de longo prazo ou ciclos sazonais. Percebe-se que a vulnerabilidade é um

---

<sup>1</sup>Para Bronzo (2008), algumas abordagens consideram como ativos o capital natural, físico, humano, financeiro e social (Alwang, Siegel, Jorgensen, 2001; Murray, 2001), enquanto outras (Moser, 1998) consideram como ativos o trabalho, capital humano, moradia, incorporando aspectos como capital social e o papel das relações familiares.

conceito dinâmico no que se refere à segurança ao bem-estar dos indivíduos, famílias ou comunidades em face de um ambiente em mudança.

Neste mesmo sentido, Bronzo (2009) destaca que a vulnerabilidade tem uma relação, por um lado, com a exposição ao risco e, por outro, com a capacidade de respostas que essas famílias, indivíduo e comunidade conseguem dar aos choques (materialização dos riscos). Por isso, a autora defende que é necessário fortalecer a capacidade de resposta das famílias e de seus membros, reduzindo suas vulnerabilidades, por meio de políticas públicas e programas.

A autora defende a necessidade de distinguir os conceitos de pobreza e vulnerabilidade, posto que nem todos os que se encontram em situação de vulnerabilidade são pobres, assim como nem todos os pobres possuem as mesmas vulnerabilidades. Essa clareza é necessária, uma vez que os enfoques sobre a pobreza são diferentes:

[...] diferentes concepções sobre pobreza levam a diferentes formas de mensuração [...], e também ao mesmo tempo, diferentes respostas quanto às políticas e estratégias de intervenção a serem desenvolvidas. (BRONZO, 2009, p.172).

A autora salienta, também, que tais estratégias podem possibilitar o fortalecimento da capacidade dessas famílias e de seus membros de responder e reduzir suas vulnerabilidades.

Realizar intervenção com famílias vulneráveis é um grande desafio para os trabalhadores da área social, devido a diversas questões, dentre elas, os vários tipos de privações que essas famílias passam.

As famílias pobres e vulneráveis apresentam, ainda, para além de uma multiplicidade de privações de caráter mais objetivo (renda, ativos materiais, acesso a serviços etc.) algumas condições ou aspectos psicossociais negativos que dificultam o enfrentamento e a superação das condições de pobreza. Frequentemente, as famílias nessas condições de intensa e extensa vulnerabilidade e pobreza desenvolvem atitudes e comportamentos de apatia, resignação, baixa autoestima, baixo protagonismo e autonomia, desesperança,

subordinação e dependência, que acabam por aprisionar as famílias e os indivíduos nas armadilhas da pobreza (BRONZO, 2009, p.175).

A autora evidencia que as famílias vulneráveis têm privações de várias ordens, onde as privações objetivas estão relacionadas com a ideia de ausência de ativos. Justamente a dificuldade das famílias vulneráveis em acessarem os ativos é um dos motivos que as fazem perpetuarem na pobreza. Bronzo (2009) reforça que uma das maneiras de reverter esse ciclo é empoderar essas famílias, e isso pode ser através da criação de projetos que facilitam o acesso delas aos bens e serviços promotores de ativos.

## **2.2 Vulnerabilidades: tipos, dimensões e enfoques.**

Compreender os conceitos de vulnerabilidade social e pobreza é extremamente relevante para o início de um processo de trabalho de intervenção social com famílias vulneráveis. Contudo, aprofundar as análises sobre a origem dessas vulnerabilidades é o diferencial que impactará nos resultados esperados para esse processo.

Kaztman e Filgueiras (2006, p.67) nos alertam que:

a profundidade dos processos de transformação dos modelos de acumulação e desenvolvimento em que está imersa a região está afetando o acesso estável das pessoas às fontes de bem-estar, alimentando com isso o crescimento do 'mal-estar social' com a globalização.

Para os autores, o aumento das vulnerabilidades, desigualdade, pobreza e exclusão social estão diretamente ligadas às mudanças que vêm ocorrendo na nossa sociedade devido ao modo de produção capitalista. Tais transformações trazem mudanças no papel do Estado e nos padrões demográficos, e isso faz com que haja um endurecimento das estruturas sociais urbanas - com isso, os trabalhadores de baixa qualificação e suas famílias são os mais afetados, devido à dificuldade de acesso aos principais circuitos econômicos e sociais presentes nas sociedades em que vivem.

Segundo Kaztman e Filgueiras (2006), o conceito de Capital Social possibilitou compreender os sistemas normativos que operam unidades agregadas (a

cidade, o bairro e a família), sem esquecer suas relações e interações sociais. Isso porque a valoração das conexões internas e externas existentes nessas unidades agregadas podem sofrer modificações e com isso acabam alterando a distribuição e o acesso ao capital (p. 69).

O Capital Social é importante para compreender uma teoria desenvolvida pelos autores chamada Ativos, Vulnerabilidades e Estrutura de Oportunidades (AVEO). Devido à contribuição do Capital Social em relação a aspectos da estrutura e da estratificação social, Kaztman e Filgueiras (2006) definem as estruturas de oportunidades como:

“... acesso a bens, serviços ou atividades que incidem sobre o bem-estar dos domicílios, de modo que facilitam o acesso a outras oportunidades. (...) As estruturas de oportunidades mais importantes para o acesso aos ativos são as que surgem do funcionamento do Estado, do mercado e da comunidade.” (p.72 e 73)

E o conceito de vulnerabilidade se refere à escassa capacidade de resolver as situações de risco e adversidade, quando os recursos dos domicílios são insuficientes para aproveitar oportunidades de acesso ao bem-estar (p.71)

Kaztman e Filgueiras (2006) destacam a contribuição dos estudos de Caroline Moser para o Banco Mundial, ao verificar as estratégias estabelecidas pelas famílias pobres perante situações críticas, assim como tratam esses ativos (como adquirem novos ativos, acumulam, consomem). Ela propõe que as “políticas sociais facilitem e potencializem os encadeamentos positivos entre ativos que já fazem parte das estratégias dos domicílios para enfrentar situações de adversidade.” (MOSER, 1996 apud KAZTMAN E FILGUEIRAS, 2006). Se Moser estabelece o foco no domicílio, os autores ampliam a pergunta, de forma a compreender como construir sociedades que minimizam as situações de riscos e que afetem o menor número de famílias. Nesta perspectiva, eles chegaram à conclusão que é necessário entender as lógicas de produção e distribuição desses ativos nas diferentes sociedades, saber como é a natureza e dinâmica das estruturas de oportunidades que controlam as instituições básicas da sociedade: o mercado, o Estado e a sociedade.

As funções das estruturas de oportunidades podem ser classificadas em dois grandes grupos: “as que provêm novos ativos ou regeneram aqueles esgotados e as que facilitam um uso mais eficiente dos recursos já disponíveis nos domicílios” (Kaztman e Filgueiras, 2006, p.73). Os autores exemplificam a primeira provisão como a de oportunidades de educação e saúde gratuitas pelo Estado e a segunda, como serviços de creches, porque a utilização desses serviços libera recursos humanos do domicílio que podem ser investidos em atividades geradoras de renda.

Neste sentido, as estruturas de oportunidades mais importantes para o acesso aos ativos são as que surgem do funcionamento do Estado, do mercado e da comunidade. Essas ordens institucionais oferecem oportunidades de acesso aos recursos, às facilidades e à proteção consideradas necessárias para que haja uma participação ativa da vida em sociedade.

#### Com relação ao Estado,

apesar da evidente retração em muitas áreas, suas estruturas de oportunidades continuam sendo as fontes mais significativas para a acumulação de ativos nos estratos populares urbanos, o que se manifesta através de múltiplas funções (provisão de benefícios ou subsídios, empregador, regulador de fonte de ativos). (...) Entretanto, o aspecto mais importante do papel regulador que o Estado exerce, direta ou indiretamente, sobre as estruturas de oportunidades refere-se a sua capacidade de ajustar a arquitetura do regime de bem-estar da sociedade de modo a manter uma conexão razoável com as mutáveis estruturas de risco. (KAZTMAN e FILGUEIRAS, 2006, p.75).

O mercado é considerado a esfera principal para a geração, apropriação e utilização de recursos na nossa sociedade. As dimensões básicas que lhe compõem são: emprego, rendimento, o consumo e a poupança, suscetíveis a mudanças ao longo do tempo, como incorporação de tecnologias no processo produtivo, a retração do Estado, alteração das relações trabalhistas e sindicais. É importante destacar que o emprego afeta as famílias mais pobres de forma determinante, posto que o chamado “emprego decente” implica em habilidades cognitivas e destreza sociais que nem sempre possuem podendo limitar ou expandir o repertório de suas estratégias para gerar rendimentos. (KAZTMAN; FILGUEIRAS, p.75).

Os autores destacam na sociedade civil, três fontes importantes de ativos: as redes políticas, as famílias e as redes extrafamiliares na comunidade. Destacam-se na comunidade as famílias e as redes extrafamiliares, consideradas como fonte protetora e de segurança perante os riscos e contingências nos regimes de bem-estar tradicionais.

Moser (1997) também destaca as famílias como fonte importante de ativos. Segundo a autora, as famílias manejam muitos recursos, materiais e imateriais, cuja mobilização e articulação lhes permitem melhorar seu bem-estar, evitar a deterioração das condições de vida e ficar menos vulneráveis. É importante salientar que as estratégias para reduzir a vulnerabilidade às vezes impõem encargos desiguais aos membros familiares. As mulheres, por causa de suas múltiplas responsabilidades, frequentemente assumem uma parte desproporcional do peso do ajustamento a circunstâncias econômicas, limitando sua capacidade de responder a novas oportunidades.

O valor das famílias como fonte de ativos para seus membros, em especial para os jovens e os mais velhos, parece ter sido debilitado devido algumas mudanças demográficas, que levou ao aumento da monoparentalidade, a instabilidade das relações conjugais e o incremento das famílias reconstruídas. Nas camadas mais populares, a combinação da instabilidade de um dos cônjuges com a presença de prole numerosa e de uma maternidade precoce reduz a capacidade dos pais para atender à necessidade dos filhos, debilita a capacidade familiar para funcionar como fonte de ativos para integrar adequadamente a sociedade. O enfraquecimento da capacidade de socialização das famílias é um importante elo dos mecanismos de reprodução intergerações da pobreza e exclusão social, uma vez que antecipa um aumento da iniquidade na sociedade futura. (KAZTMAN; FILGUEIRAS, 2006).

Os autores classificam os domicílios pela perspectiva de três ativos principais: capital físico, capital humano e capital social, com destaque para este último. As famílias, os clubes comunitários, as ruas dos bairros, os centros educativos, os locais de trabalho, os partidos políticos, as associações, os grêmios e os sindicatos, todos são fontes de potencial capital social.

Moser (1997) destaca a comunidade como um tipo de ativo muito importante para as famílias. De acordo com a autora as normas, a confiança e as redes de reciprocidade facilitam a cooperação mútua e beneficia a comunidade. Seu capital social é um ativo importante, que reduz a vulnerabilidade e aumenta oportunidades. Quando as comunidades se tornam mais pobres, seu estoque de capital social pode ser corroído, tornando mais difícil para elas lidarem com os problemas. Para a autora os estoques de capital social se definem como redes recíprocas informais e organizadas de confiança e normas embutidas nas diferentes organizações sociais das comunidades locais.

Os ativos do capital social, diferentemente do capital físico e do capital financeiro, são totalmente dependentes da cobertura territorial e social das redes em que se encontram instalados, assim como os sistemas de normas e obrigações e reciprocidade que regulam as interações dos seus integrantes. Neste sentido, se uma pessoa ou família é removida fisicamente de um local, ela perde o ativo acumulado de seu capital social. O capital social como ativo de uma pessoa, é aptidão para mobilizar a vontade de outras, de modo que proporcionem recursos que torne mais fácil para ela alcançar certos fins. (KAZTMAN; FILGUEIRAS, 2006).

Para os autores, a estrutura de oportunidades é entendida como o acesso a bens e serviços ou atividades que incidem sobre o bem-estar dos domicílios. A estrutura de oportunidades indica que as rotas do bem-estar estão estreitamente vinculadas entre si, de forma que o acesso a determinados bens e serviços provê recursos que facilitam o acesso a outras oportunidades. Neste sentido, ao construir uma proposta de intervenção com famílias vulneráveis, é preciso identificar para além das origens das vulnerabilidades, quais são os bens e serviços que essas famílias precisam acessar que vão facilitar o acesso a outras oportunidades.

### 2.3 Metodologias de trabalho com as famílias

O trabalho com famílias é considerado complexo pelo fato da vida não acontecer de forma linear e isso dificulta uma intervenção porque a ciência antiga nos ensinou que para conhecermos os fatos precisaríamos dividi-los, classificá-los com vistas a prever os fenômenos. Atualmente a ciência tem avançado e criado outras perspectivas e tem tido o entendimento que tanto os fenômenos naturais, quanto os sociais não podem ser explicados de forma determinista, reducionista e linear, a essa nova forma de fazer ciência é denominada de teoria da complexidade. (GRILO, 2013).

A autora evidencia que as famílias hoje podem ser consideradas uma instituição complexa, e só podem ser compreendidas e explicadas através da teoria da complexidade, assim não faz sentido responder às demandas de um órgão complexo de forma linear, apesar de uma abordagem complexa não anular uma intervenção linear. Nesse sentido, Grilo (2013) traz o conceito de teoria da complexidade de Byrne como “a compreensão interdisciplinar da realidade, composta por sistemas abertos complexos, como propriedades emergentes e potencial transformação” (BYRNE, 2005 apud GRILO, 2013, p. 97). A complexidade não induz a pensar em completude do conhecimento e sim em uma construção baseada na interação com a realidade, que pode trazer resultados relevantes, mas, nem sempre conclusivos.

Existem outras concepções de sistemas complexos (Stevens e Cox 2008 apud Grilo, 2013), no qual o comportamento de um sistema complexo como a família é fruto das interações entre os agentes e seus ambientes, bem menos relacionado às ações individuais. Neste sentido, os comportamentos das pessoas geram interferências mútuas e as pessoas, além de serem afetadas umas pelas outras, sofrem influências do seu ambiente. Justamente o entrelaçamento dessas interações faz a autorregulação das famílias.

Segundo a autora, as famílias socialmente vulneráveis geralmente estão envolvidas em vários problemas como desemprego, depressão, alcoolismo, crianças com

defasagem ou dificuldade de aprendizado. Assim, a abordagem linear, mecânica e determinista, dificilmente conseguirá responder esses problemas de forma eficaz, ao entrelaçar estes problemas, em que uns são ao mesmo tempo causas e consequências uns dos outros, estando dessa forma diante de causas circulares. Como na abordagem linear para cada problema é traçada uma solução, isso acaba inviabilizando a dimensão relacional e interacional entre esses problemas. Portanto, precisa realizar uma intervenção numa perspectiva que visa compreender:

as ligações entre os vários fatores que desencadeiam os problemas; as relações e interações que se estabelecem entre vários elementos da família; que a intervenção não pode ser realizada de forma isolada (indivíduo a indivíduo; problema a problema); que a intervenção terá que ter sempre em conta o contexto onde a família se insere, mas, igualmente, o contexto meso e macro, sendo que a abordagem complexa tem em conta todos estes elementos. (GRILO, 2013, p.10).

A autora traz uma reflexão importantíssima sobre a necessidade de se estabelecer estratégias complexas de trabalho entre profissionais da área social com as famílias. O primeiro ponto propõe um trabalho baseado na relação de confiança. Outro ponto importante é reconhecer a singularidade de cada família, assim, a intervenção ganha contornos mais flexíveis. Não pode ser desconsiderado conversar com as famílias sobre as suas histórias e biografias, informações que poderão ser utilizadas na própria intervenção. E por fim, a articulação com as redes formais e informais é uma importante estratégia complexa, que pode auxiliar na resposta à complexidade dos problemas familiares.

Não podemos deixar de notar que o trabalho com as famílias vulneráveis vive um momento entre paradigmas, ora assentado na expertise do profissional como o construtor das soluções para os problemas das famílias, ora na abordagem colaborativa que se dá através da coconstrução de caminhos para mudanças entre os profissionais e as famílias. (ANDOLFI, 2000 apud RODRIGUES; SOUZA. 2013).

Segundo Rodrigues e Souza (2013), os modelos de intervenção tradicionais<sup>2</sup> são poucos eficazes no trabalho com famílias, mesmo assim continua utilizado devido à forte insistência das instituições neste tipo de abordagem, o que tem gerado sentimento de fracasso entre os envolvidos. Para reverter esse cenário, a abordagem colaborativa vem ganhando cada vez mais espaço.

As autoras enfatizam que conhecer as características das famílias mais vulneráveis é muito importante para entender como ocorre o funcionamento dessas famílias diante dos diversos contextos da vida delas.

Ao invés de centrar o processo de ajuda na identificação e descrição de cada problema ou déficit, passa-se a procurar reconhecer padrões de funcionamento e a identificar também as capacidades e recursos das famílias. Além disso, sublinha-se a necessidade de compreender melhor as redes de relacionamento destas famílias e a forma como ativam, combinam e gerem os diversos apoios in/formais para responder às suas necessidades (SOUSA et al., 2006; RODRIGUES; SOUZA, 2009, apud RODRIGUES e SOUZA 2013,p.18).

Para Rodrigues e Souza (2013), as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidades durante vários anos têm muitas dificuldades em estabelecer uma relação de confiança, pelo fato de passar por várias rejeições durante a sua trajetória, além de traições, abandonos e promessas quebradas por pessoas significativas como pais, familiares, amigos e até mesmo por pessoas que se dispõem em dar apoios. Essas famílias tendem a demonstrar passividade e incapacidade diante dos problemas e parece não ter o poder ou a capacidade para influenciar o mundo a sua volta, geralmente são passivas para agir ou até mesmo para refletir as consequências de suas próprias ações.

As autoras nos lembram que algumas famílias vulneráveis, por outro lado, são resilientes e possuem capacidade estratégica de enfrentamento. Reconhecem que possuem competências e recursos, mesmo que desgastadas pelos contextos de

---

<sup>2</sup> Chamados de sistema de apoio social as famílias deficitários ou centrados nos problemas (assente na expertise do profissional que constrói soluções para as famílias). (Rodrigues e Souza, 2013, p.17)

sobrevivência em que vivem. Mesmo estas famílias, são importantes identificar o contexto em que vivem e a intenção de fazer o melhor.

Ao abordar a intervenção com famílias vulneráveis, Rodrigues e Souza (2013) apresentam as duas abordagens: a tradicional e o modelo colaborativo. No modelo tradicional, as famílias são descritas através de uma lente deficitária, definindo-as pelos problemas familiares e individuais, e as caracterizam como caóticas, disfuncionais e difíceis na relação com os serviços formais. Quando as famílias são analisadas nesta perspectiva, o modelo de intervenção se dá pela expertise do profissional, que realiza um diagnóstico para encontrar os problemas da família e de seus membros. E a partir do diagnóstico, o profissional traça um plano de intervenção estabelecendo objetivos e estratégias. A partir daí são criados critérios normativos pelos quais analisam e comparam o funcionamento da família/pessoa para corrigir os eventuais erros que possa afetar o bem-estar da família. Às famílias cabe apenas cumprir as instruções dos profissionais.

Para as autoras, essa prática de intervenção, apesar do esforço, tem sido pouco eficaz para aumentar o bem-estar das famílias e colocá-las acima da pobreza. Os serviços prestados pelos profissionais não conseguem promover mudanças efetivas na qualidade de vida das famílias. Segundo Rodrigues e Souza (2013, p. 21), a literatura tem mostrado que essa abordagem apresenta efeitos negativos tanto no nível individual como familiar e na própria intervenção:

a situação familiar mantém-se vulnerável potencializando o acentuar ou o emergir de novos problemas; o processo de intervenção decorre de forma fragmentada (e.g., por área de problema) e/ou descoordenada colocando a família a gerir apoios, informações e soluções de diversas fontes, com frequência, contraditórias; o processo familiar tende a diluir-se, com enfraquecimento das fronteiras e da coesão familiar, decorrentes da crescente dependência das famílias dos sistemas de apoio; as múltiplas intervenções de diversos profissionais em simultâneo introduzem stress adicional na vida das famílias, contribuindo para a sua incapacitação.

Já as abordagens colaborativas têm um estilo de intervenção que se caracteriza pela postura não hierárquica e não confrontacional entre os profissionais e famílias (e.g, MADSEN, 2007; MONK e GEHART, 2003 apud RODRIGUES e SOUZA, 2013). Na abordagem colaborativa o profissional atua como um aliado, assumindo uma

postura de respeito, enfatiza ligações e relações positivas entre os sistemas formais de apoio, profissionais e famílias.

De forma genérica e simples, ser colaborativo significa que cada um dos intervenientes (profissionais e clientes) conhece o seu lugar e sabe que os papéis são interdependentes: o profissional é especialista nos caminhos de mudança (na criação de clima interacional propício à mudança), apoiando os clientes na ativação das competências e capacidades; e o cliente é especialista na sua experiência de vida (dor, sofrimento, memórias, preocupações, objetivos) e forma de construir a sua mudança. (RODRIGUES; SOUZA 2013, p. 23).

Neste sentido, os profissionais da área social precisam entender que eles não são os promotores de soluções para as famílias, pois a mudança não acontece do exterior para o interior, e que o seu papel é facilitar caminhos para soluções através da mobilização das capacidades das famílias (SEIKKUCA, AMKIL & ERIKSSON, 2003 apud RODRIGUES; SOUZA, 2013). Os profissionais continuam especialistas na condução do processo de ajuda, mas há a co-expertise, onde ambos apresentam seus conhecimentos no trabalho de intervenção.

Assim, a intervenção colaborativa acontece quando o profissional assume uma atitude de incerteza, que o leva a questionar “mesmo quando supõe saber a resposta” e a ouvir mais sobre a história de vida do cliente, convidando a envolver na conversa que respeita sua honra, sua história e saber, e estimula o cliente a se assumir como “proprietário” do plano de intervenção. (RODRIGUES; SOUZA, 2013).

Contudo, a implementação das abordagens colaborativas ainda está arraigada na forma como as políticas e serviços estão estruturados, com uma marca muito forte das perspectivas tradicionais. A intervenção social geralmente é planejada considerando que as famílias apresentam problemas, déficits e patologias incapazes de serem resolvidas sem o auxílio dos profissionais.

Para Rivero (2013), assim como a sociedade têm impacto no bem-estar dos indivíduos, a forma como cada pessoa gere sua vida também é fundamental. Segundo a autora, a investigação social tem sugerido que nos países mais igualitários e com maior previsibilidade em termos políticos e sociais, há um percentual considerável de bem-estar que é explicada pela forma de gerir da vida de cada um.

Segundo a autora, a investigação sobre o bem-estar em contextos de pobreza surpreende pela valorização das relações positivas ao nível da família e comunidade. Um exemplo, é o trabalho de investigação desenvolvido por ( Balancho ,2013 apud Rivero, 2013) em Rabo de Peixe (Açores), na qual encontrou uma população muito vulnerável e com carência material que apresentava uma narrativa que valorizava intensamente a forma como olhavam para a vida e as relações construídas pelos familiares.

Por isso, a vulnerabilidade social está para além do nível de baixa renda, sendo fundamental criar alternativas para as famílias de forma que elas tenham autonomia de acordo com os padrões da sociedade em que elas estão integradas, já que mais importante que o rendimento absoluto é a posição relativa que a família tem na sua comunidade. (FREY, 2009 apud RIVERO, 2013). Intervir positivamente com as famílias vulneráveis significa olhar positivamente para elas, e para isso é preciso identificar o que funciona, quais as forças dos indivíduos e a dinâmica familiar. Quando se quebram ciclos de pobreza ou exclusão social, começam a surgir transformações nas relações entre instituições e comunidades, entre técnicos e famílias.

No processo de intervenção com famílias, é preciso retirar a culpa, a acusação ou foco nos diagnósticos e disfunções, é preciso convidá-las para o diálogo generativo para conhecer as estratégias utilizadas até então, as potencialidades, de maneira com que elas encontrem novas formas de lidar com os problemas que estão vivenciando e também de prevenir que os mesmos venham a acontecer no futuro (PRESKILL & CATSAMBAS, 2006 apud RIVERO, 2013).

Segundo a autora, quando os objetivos são co-criados e possuem sentido, tem a possibilidade de ter mais envolvimento da família no processo de mudança. Precisa levar em consideração que os planos devem ser sempre flexíveis e ajustados à realidade. E a avaliação poderá acontecer durante todo o processo, nos atendimentos, em cada encontro ou em cada diálogo. Deverá rever sempre o que ocorreu bem até o momento, e o que pode melhorar ou alterar, levando sempre em consideração as metas definidas conjuntamente.

Segundo Bronzo (2009), no Brasil, a partir da década de 1990, as políticas têm considerado a família como elemento central na doutrina da proteção integral. A autora afirma que embora considere a família como foco de intervenção, não se tem conhecimento suficiente para desenvolver uma política de proteção social efetiva para famílias pobres e vulneráveis. Isso por que não se sabe quais desenhos de políticas de proteção social são mais efetivos para o enfrentamento e a superação das condições de pobreza e vulnerabilidade, nem quais tecnologias ou metodologias de intervenção surtem melhores resultados. (BRONZO, 2009).

Para a autora, qualquer que seja a estratégia que procura a superar a pobreza, passa pelas pessoas e para ser efetivo, estrategicamente, é preciso mudar as condições que as limitam, procurar empoderá-las e desenvolver sua autonomia, suas competências e suas habilidades de auto desenvolver.

Neste sentido, mudar a situação de pobreza requer, além da oferta da estrutura de oportunidade adequada para as pessoas lidarem com sua situação de pobreza e vulnerabilidade, combinar o acesso a recursos externos com mudanças no âmbito subjetivo. As mudanças pretendidas pela intervenção pressupõem alterações substanciais no público alvo, e uma interação estratégica entre os profissionais e os clientes. (NOGUEIRA, 1997 apud BRONZO, 2009).

Mudanças no plano das subjetividades, geralmente, requerem intervenções com um grau maior de intensidade, mais duradouras de forma que gera confiança e

condições necessárias para que aconteçam as alterações. A construção de relações de confiança entre profissionais e clientes perpassa pela capacidade de respostas do Estado frente às necessidades identificadas. (BRONZO, 2009).

Ainda de acordo com Bronzo (2009), as metodologias centradas nas famílias e orientadas para reverter a vulnerabilidade e o fortalecimento da autonomia são denominadas de “itinerários da inserção” ou “incorporação social”. Elas buscam atuar tanto em aspectos tangíveis quanto nos menos tangíveis dos fenômenos de pobreza. Elas são centradas de forma a viabilizar o acesso a ativos, a bens e a serviços públicos e sociais, visando fortalecer as capacidades e habilidades através de ações que levam em conta o protagonismo da família, e se sustentam no compromisso dos setores públicos através do processo de inclusão social, no formato de contratos e compromissos assumidos entre as famílias e o poder público.

Esse modelo de intervenção, baseado na perspectiva dos itinerários de inserção, se dá através do acompanhamento personalizado das famílias e de seus membros, com acordos e compromissos contratuais firmados entre famílias e agentes governamentais. (BRONZO, 2009).

Para a autora, tomar a família como unidade de intervenção e de orientação da política social significa assumir sua complexidade e sua heterogeneidade. Assim, é preciso identificar os fatores de risco e de proteção, planejar uma intervenção de forma integral, e adotar a intersetorialidade como diretriz de gestão e um atendimento flexível e personalizado como metodologia de atenção às famílias. Ao detalharmos no próximo capítulo a concepção de trabalho e metodologia do Projeto Família Cidadã, será perceptível a busca em seguir a proposta apresentada acima.

Bronzo (2009) afirma que as metodologias centradas nos itinerários de inserção adotam os princípios da integralidade, personaliza o atendimento, centra nas dimensões relacionais, baseadas nas conversações, na criação de vínculos que geram transformações em vários âmbitos e tem o papel central dos profissionais de ponta como

catalizadores das mudanças. Essas mudanças são tanto objetivas quanto subjetivas, envolvem ampliação do acesso a recursos e demandam envolvimento efetivo dos diversos setores governamentais para empoderamento e redução das vulnerabilidades das famílias.

## **Quadro 2 - Metodologias de trabalho com famílias**

<b>Metodologia</b>	<b>Descrição síntese</b>
<b>Intervenção tradicional</b>	Se dá na expertise do profissional como o construtor das soluções para os problemas das famílias.
<b>Intervenção colaborativa</b>	Se dá através da co-construção de caminhos para mudanças entre os profissionais e as famílias.
<b>Itinerário</b>	Se dá através do acompanhamento personalizado das famílias, com acordos e compromissos firmados entre famílias e agentes governamentais.

**Fonte:** Elaboração própria com base em Bronzo (2009) e Rodrigues; Souza (2013)

A presente monografia considera que a metodologia centrada nos itinerários apresenta elementos que contribuíram para o desenvolvimento do trabalho com as famílias do Projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria. A começar, por se tratar de um projeto que exige o envolvimento de diversas esferas do governo no desenvolvimento do projeto, desde o nível estratégico até o técnico, elemento chave nas intervenções com a família. A dimensão relacional é outro ponto extremamente importante no Projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria, pois as intervenções junto às famílias permitirão o diagnóstico mais assertivo da situação vivida pelas famílias e quais as estratégias que o poder público pode desenvolver para obter os resultados mais favoráveis.

Não podemos desconsiderar a proximidade da metodologia do “itinerário da inserção” com a proposta de “intervenção colaborativa”, principalmente quando se propõe reconhecer os padrões de funcionamento das famílias perante os contextos da vida e a busca pela identificação das capacidades e recursos das famílias.

“ser colaborativo significa que cada um dos intervenientes (profissionais e clientes) conhece o seu lugar e sabe que os papéis são interdependentes: o

profissional é especialista nos caminhos de mudança (na criação de clima interaccional propício à mudança), apoiando os clientes na ativação das competências e capacidades; e o cliente é especialista na sua experiência de vida (dor, sofrimento, memórias, preocupações, objetivos) e forma de construir a sua mudança. Reconhece-se que clientes e profissionais são parceiros no processo de mudança, colaborando na decisão sobre o objetivo da intervenção.” (RODRIGUES; SOUSA, 2013, p. 23)

No próximo capítulo será apresentado o projeto Família Cidadã, abrangendo o histórico de sua constituição, seu desenho e ajustes ao longo de seu funcionamento, o papel estratégico que consegue desempenhar na gestão municipal, mostrando a proposta metodológica construída para o projeto.

### **3. O PROJETO FAMÍLIA CIDADÃ – BH SEM MISÉRIA: HISTÓRICO, DESENHO E METODOLOGIA**

O presente capítulo tem como objetivo apresentar como foi pensado e desenvolvido o Projeto Família Cidadã - BH Sem Miséria. Para isto, foram pensadas as seguintes seções: apresentação do histórico do Projeto, contextualizando-o dentro da estrutura da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH); no segundo momento será abordado o funcionamento, as etapas e as atividades previstas para o projeto; no momento seguinte apresentaremos a principal ferramenta informacional de trabalho do projeto, o Plano de Ação Familiar (PAF); no quarto ponto vamos discorrer sobre a metodologia de trabalho pensada para o projeto; e por último falaremos do Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais (SIGPS), estrutura tecnológica que vai amparar o projeto como um todo, cujo registro será fundamental para planejamento, monitoramento e avaliação do Projeto.

#### **3.1 Histórico do Projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria**

Este histórico foi construído a partir de informações extraídas de legislações, estudos e documentos internos produzidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte a respeito do Projeto. São escritos produzidos através da compreensão do projeto por parte dos seus gestores, resgatando importantes informações sobre como foi concebido e estruturado o projeto ao longo dos anos de funcionamento.

Antes de falarmos do projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria, é importante, fazer um resgate de como se constituiu a estrutura organizacional responsável pela gestão do projeto, o Programa BH Cidadania (BHC). Com a Reforma Administrativa na Prefeitura de Belo Horizonte no ano 2000, através da Lei Nº 8.142, de 29 de dezembro de 2000, foi criado o Programa BH Cidadania (BHC), e depois instituídas suas atribuições através do Decreto Nº 11.917, de 1º de janeiro de 2005. O objetivo do programa é ampliar o acesso da população a bens e serviços públicos da área social. O Programa foi implementado em áreas da cidade de maior vulnerabilidade social, identificadas através do

“Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte”<sup>3</sup>. Este Mapa foi elaborado por meio de indicadores, como: Índice de Vulnerabilidade à Saúde, Índice de Vulnerabilidade Social – IVS – e Índice de Qualidade de Vida Urbana – IQVU – (MOURÃO; PASSOS; FARIA, 2011).

Nesse sentido, o pilar do Programa é a intervenção social a partir do território, com foco na unidade familiar, ações planejadas utilizando recursos governamentais e não governamentais, promovendo a autonomia e empoderamento das famílias. O Programa começou atuando em territórios definidos por regionais, foi expandindo e atualmente o Programa BH Cidadania está presente em todas as regionais administrativas da PBH, contabilizando um total de 34 territórios.

A partir de uma proximidade da PBH com a experiência desenvolvida pela ONG Associação Saúde Criança (ASC) na cidade do Rio de Janeiro, que faz atendimento à criança doente, surge o Projeto Família Cidadã - BH Sem Miséria no ano de 2008, com o objetivo de intervir e acompanhar de forma mais sistemática as famílias residentes nos territórios de maior vulnerabilidade social. (BELO HORIZONTE, 2011).

O que despertou a atenção da PBH foi que a ASC desenvolveu uma metodologia de atendimento integral às famílias das crianças doentes em tratamento nas unidades públicas de saúde. Suas ações são realizadas em cinco áreas: renda, cidadania, educação, saúde e moradia. Essa metodologia permitia a participação ativa das famílias na elaboração das metas do plano de acompanhamento, estabelecidas de acordo com as necessidades identificadas e com meta de cumprimento em um prazo médio de dois anos, até que a família consiga se reorganizar e atingir sua autonomia (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2011, p.2).

A ASC procurava e encontrou na prática desenvolvida pelo programa BH Cidadania um parceiro público que pudesse replicar a expertise estabelecida na capital fluminense. Desse encontro, ocorreram trocas de experiências e a proposta de cooperação

---

<sup>3</sup> É um mapeamento de certas manifestações dos processos da cidade. (...) Demonstra o quanto a população de uma área está excluída do acesso a determinadas dimensões de cidadania, permite relacionar a certas características demográficas e à oferta de serviços de proteção social.” (Nahas, 2000, p. 29)

técnica, com a adaptação da metodologia de trabalho por parte da PBH, com a adoção do instrumento de acompanhamento de famílias denominado Plano de Ação Familiar (PAF), um conjunto de ações com metas e prazos de execução. O PAF inova como ferramenta de gestão ao contar com o envolvimento dos beneficiários no processo de elaboração, assim como coloca “o atendimento integral das famílias no foco central das políticas públicas, integrando diversas ações da administração municipal para promover a proteção social e o acesso aos direitos de cidadania das famílias atendidas”. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2011, p. 4)

O início do projeto acontece através do estabelecimento de um projeto piloto. Em 2008 o projeto tem início no BH Cidadania Conjunto Felicidade, localizado na regional Norte de Belo Horizonte. A escolha do local se deu não só pela identificação de um alto índice de mortalidade infantil e diversos agravos na saúde de crianças do território, o que, naquele momento, demandou uma intervenção mais incisiva dos diversos atores envolvidos, mas também por já haver um trabalho em conjunto com a Pastoral da Criança. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2011).

Conforme documentação da PBH, a escolha das famílias participantes do projeto obedecia a critérios estabelecidos pelas três políticas à frente do projeto: Educação, Saúde e Assistência Social.

### **Quadro 3 - Critérios de elegibilidade das famílias – 1ª fase**

---

#### *Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família*

Famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC

Famílias com histórico de morte de crianças com menos de cinco (5) anos

Famílias com crianças prematuras ou com baixo peso ao nascer

Crianças com vacinas atrasadas e/ou sem acompanhamento preconizado

Mãe e/ou gestante adolescente

Crianças/adolescentes com histórias de internações frequentes

Famílias com criança e adolescente matriculados, mas infrequentes

Famílias com a presença de idoso dependente

---

**Fonte:** PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2011. Elaboração própria

As famílias selecionadas deveriam residir dentro do território de intervenção do programa BH Cidadania. E foram hierarquizadas tendo em vista a congregação do maior número de critérios apresentados. Como estabelecido pelo projeto, a equipe técnica do BH Cidadania fez o diagnóstico sociofamiliar com as famílias selecionadas, com critérios que incorporam renda, saúde e garantia de direitos. Concluído o diagnóstico, teve início a construção do PAF, com a participação das famílias e dos diversos agentes públicos das políticas envolvidas. Nesse momento é possível verificar as limitações e potencialidades das famílias, permitindo o estabelecimento de intervenções que busquem a superação da situação de vulnerabilidade.

Com o estabelecimento do projeto piloto, foi possível a consolidação de uma metodologia de trabalho que foi expandida e implementada em 25 núcleos BH Cidadania no ano de 2010. Sua meta era beneficiar cerca de 750 famílias. O processo de seleção das famílias conta com a participação das políticas setoriais locais (Saúde, Educação e Assistência Social). Inicialmente, os gestores dos Centros de Saúde, Escolas e Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) indicaram as famílias consideradas, de acordo com a visão do técnico, mais vulneráveis e, portanto, prioritárias para o atendimento setorial e intersetorial.

Assim, foram indicadas pelas políticas setoriais em cada Núcleo do Programa BH Cidadania de 30 a 50 famílias para, em seguida, ser realizado o cruzamento dos dados fornecidos, e, logo após, selecionavam as 30 famílias, classificadas a partir do maior acúmulo dos critérios de elegibilidade. Por meio da interlocução com a Diretoria de Regularização e Controle Urbano da URBEL, foi possível desenvolver avaliações técnicas das moradias das famílias selecionadas, tendo como ponto de partida o projeto piloto realizado no Conjunto Jardim Felicidade. Depois foram elaborados projetos de melhorias habitacionais e levantamentos quantitativos das edificações que apresentaram Padrão Construtivo Ruim e Péssimo, de acordo com tipificação da situação das moradias. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2011).

Vale ressaltar que o processo de trabalho do projeto foi desenvolvido em planilhas e formulários eletrônicos, com o intuito de tornar todo o processo mais ágil. O impacto na forma como o projeto se desenvolveu e foi monitorado não foi o esperado, visto que nem todos os Núcleos BH Cidadania possuíam estrutura tecnológica adequada para o desenvolvimento do projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria utilizando este tipo de ferramenta de gestão. A gestão do projeto foi afetada, tornando-se mais morosa, além das informações virem de forma mais dispersas (em papel, inclusive) e num espaço de tempo diferente dos locais que dispunham de equipamentos de informática para o projeto.

Em 2012, fez-se um balanço da primeira fase do Projeto e com intuito de potencializar as ações a serem ofertadas às famílias beneficiárias e viabilizar o alcance e a ampliação das participações no Projeto Família Cidadã, foi instituído formalmente o Projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria por meio do Decreto Nº 14.878, de 02 de abril de 2012.

Fica instituído o Projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria destinada a promover ações integradas que favoreçam a inserção e permanência, na rede de serviços das políticas sociais, de famílias em situação de alta vulnerabilidade social do Município, em consonância com as diretrizes do Plano Brasil Sem Miséria. (DECRETO Nº 14.878, DE 02 DE ABRIL DE 2012).

Para o desenvolvimento do projeto no âmbito intersetorial e territorial, o decreto organiza as ações em três níveis de gestão e execução: Nível Central: formado pelo Comitê Gestor Central<sup>4</sup>; Nível Regional: formado pelos Núcleos Intersetoriais Regionais - NIR -; Nível Local: formado pelos Grupos de Trabalho Executivo e de Acompanhamento Local<sup>5</sup>. É importante esclarecer que as estruturas regionais e locais citadas anteriormente já

---

<sup>4</sup> O Comitê Gestor Central será composto por: 2 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Políticas Sociais, sendo 1 (um) representante da Gerência de Coordenação do Programa BH Cidadania e 1 (um) representante da Gerência de Coordenação Municipal de Programas de Transferência de Renda; 1 (um) representante da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social; 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação; 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde; 1 (um) representante da Secretaria Municipal Adjunta de Trabalho e Emprego; 1 (um) representante da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel. (Decreto nº 14.878, 02 de abril de 2012.)

<sup>5</sup> Os Grupos de Trabalho Executivo e de Acompanhamento Local são compostos por representantes técnicos indicados pelos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, pelos Centros de Saúde e pelas Escolas públicas existentes nos respectivos territórios do Programa BH Cidadania. . (Decreto nº 14.878, 02 de abril de 2012.)

existiam antes da publicação do decreto do projeto, com vinculação formal com a SMPS e suas gerências de atuação regional. A publicação do decreto estabeleceu a condução das atividades desses níveis de gestão em consonância com o projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria.

Com a publicação do decreto, o Projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria assume um protagonismo estratégico e gerencial que fortalece a atuação da rede local e o desenvolvimento de cooperação entre as políticas municipais de saúde, educação e assistência social nos territórios.

Em 2014, houve um Seminário para repactuação do programa, com a presença do prefeito e de vários secretários municipais, no qual foi assinado o Termo de Compromisso, reafirmando o comprometimento da gestão municipal com as famílias mais vulneráveis. E o projeto passou a ser pauta prioritária em todas as instâncias de gestão intersetorial do programa BH Cidadania: Câmara Intersetorial das Políticas Sociais – CIPS –, GT BH Cidadania, Núcleo Intersetorial Regional – NIR –, Comissão de Coordenação Local – CCL –, e as instâncias criadas exclusivamente para o Projeto Família Cidadã como o GT Gerencial (GT Família Cidadã) e os GTs Local de Acompanhamento das Famílias participantes. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016).

Em 2015, houve revisão dos critérios de seleção das famílias e uma proposta de expansão do Projeto. Com o início desta nova etapa, a seleção das famílias para participar do projeto ocorreu, em um primeiro momento, por meio da extração, via Cadastro Único do Governo Federal – CADÚNICO – e via Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais – SIGPS –, das famílias que: estivessem com renda *per capita* menor ou igual a R\$77,00 (setenta e sete reais); apresentassem o Índice de Desenvolvimento da Família – IDF<sup>6</sup> – menor ou igual a 0,5; residisse nos territórios BHC e estivessem cadastradas no sistema CADÚNICO. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016).

---

<sup>6</sup> O IDF é um indicador sintético criado para o cumprimento de metas de desenvolvimento social. É composto, ao todo, por 6 dimensões, 26 componentes e 48 indicadores e se obtém o grau de desenvolvimento de qualquer grupo demográfico. ” Tudo se passa como se fizéssemos 48 perguntas às famílias, as quais devem responder sim ou não. Cada sim é computado como algo positivo e aumenta a pontuação da família na direção de um maior índice de desenvolvimento. O IDF pode variar entre 0 (para aquelas famílias na pior

A definição dos critérios visa abarcar o perfil de maior vulnerabilidade socioeconômica existente no município. E ainda assim acontece um fato surpreendente neste momento do trabalho: mesmo utilizando os quatro critérios estabelecidos, e relacionando-os com os dados dos sistemas informacionais, não foi possível atingir a meta de 60 famílias por território. Essa situação inusitada fez com que o Comitê Gestor Central orientasse as equipes técnicas das políticas temáticas envolvidas a indicarem aquelas famílias que eles julgavam, a partir dos conhecimentos adquiridos pela experiência de trabalho, que deveriam participar do Projeto, sem deixar de contemplar alguns dos quatro critérios de seleção. Pode-se dizer que houve uma flexibilização quanto à inclusão de famílias no Projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria.

Com a instituição formal do projeto, foi proposto um estudo sobre o processo de trabalho do Família Cidadã – BH Sem Miséria, sob a coordenação da Secretaria Municipal Adjunta de Modernização, e com a participação das Secretarias Municipais de Políticas Sociais, de Educação e de Saúde. Os fluxos produzidos serão anexados ao final deste trabalho.

A primeira etapa consistia em construir os fluxos de trabalho do Projeto, onde seria realizada a identificação de famílias elegíveis via sistema e na sequência ocorreria o tratamento das informações, de forma a verificar a pertinência da escolha das famílias, até a sua validação final. Todo o trabalho seria realizado pelas gerências da Secretaria coordenadora do projeto, com o apoio das unidades executoras – os Núcleos do BH Cidadania - por meio da Assistência Social/CRAS. Confirmadas as informações, cada Secretaria temática processaria a identificação das famílias levantadas nos sistemas próprios e informaria às suas unidades locais quais foram as famílias selecionadas para o projeto.

Terminada essa fase de levantamento informacional, deve ser pautada no GT de Acompanhamento Local a busca ativa para convidar as famílias a conhecerem o

---

situação possível) e 1 (para as famílias na melhor situação possível). Dessas variações sobre a meta de desenvolvimento.” (Barros, Carvalho e Franco, 2003, p. 8)

projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria e iniciar a elaboração do PAF. O comparecimento e a participação da família nesta construção são fundamentais, somente assim a equipe técnica terá as informações necessárias (Diagnóstico, Levantamento das Potencialidades e Estabelecimento de Metas e Prazos das ações a serem realizadas). Em seguida, nova reunião é pautada no GT de Acompanhamento Local para apresentação inicial do PAF e as metas das ações. Estando tudo ok, o Plano é apresentado à família para a pactuação das ações planejadas e tem início o desenvolvimento das ações planejadas.

O tempo de acompanhamento das ações no projeto é de até dois anos, sendo necessária a reavaliação do andamento das ações de forma a propor o desligamento da família do projeto (por superação das vulnerabilidades apontadas no PAF) ou rediscutir as atividades e repactuar os prazos. Essa forma de acompanhamento do Projeto foi pensada sempre considerando a atuação conjunta entre poder público e famílias vulneráveis.

É importante voltarmos a falar do Plano de Ação Familiar (PAF), por ser o instrumento norteador de todo o processo de planejamento e acompanhamento das famílias participantes.

### **3.2 O Plano de Ação Familiar – PAF**

O PAF é um instrumento de trabalho que permite organizar as demandas das famílias e ordenar as metas a serem alcançadas. Nele constam as ações previstas para acontecer, os responsáveis pela execução, os prazos e o acompanhamento de toda a trajetória da família no projeto. É um instrumento valioso tanto para a dinâmica de trabalho da equipe técnica quanto para monitoramento por parte gerencial (regional e central).

A metodologia de intervenção do Projeto preconiza o princípio de que as famílias atendidas se reconheçam como sujeitos de direitos e como coparticipantes na viabilização do acesso e na concretização destes direitos. O alcance do PAF está diretamente relacionado ao reconhecimento da diversidade dos modelos familiares e ao pacto que é firmado com cada família, quando da fixação de regras claras e com vistas a

alcançar as metas preestabelecidas conjuntamente. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2011).

Conforme documentação da PBH (2011), o PAF está baseado em duas grandes diretrizes:

- Matricialidade sociofamiliar, trabalhando com questões específicas de vulnerabilidade que serão apontadas pelo núcleo familiar;
- Atendimento integral à família, as intervenções sociais devem abranger a saúde (física e mental), educação, assistência social, formação profissional, moradia, cultura e esporte.

O propósito do PAF é tornar-se um instrumento que poderia concorrer para que o trabalho dos profissionais com as famílias se materializasse em uma perspectiva mais holística. Nessa ótica, havia a expectativa de assegurar o sucesso da intervenção no combate às múltiplas vulnerabilidades detectadas nesses núcleos familiares.

É importante ressaltar que o PAF foi reconhecido como uma tecnologia inovadora pelas políticas envolvidas no projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria, o que não impediu de apresentar desafios para o funcionamento do projeto, pois estamos falando de um projeto cuja metodologia exige o trabalho planejado e executado intersetorial e coletivamente. E foi reconhecendo os desafios que viriam com o projeto que foram propostas as Rodas de Conversa, instrumento metodológico importante para estimular o aprendizado uns com os outros.

### 3.3 Rodas de Conversa: Metodologia de Trabalho Integrativa e Participativa

No processo de construção coletiva do trabalho intersetorial do Projeto Família Cidadã, criou-se, com assessoria da Fundação João Pinheiro – FJP –, uma metodologia de trabalho integrativa e participativa com os profissionais das principais temáticas diretamente envolvidas no projeto, a saber, Assistência Social, Educação e Saúde em conjunto com as instâncias de Gestão do Programa BH Cidadania.

A escolha dessa forma de dinâmica não é casuística:

“A roda de conversa é, no âmbito da pesquisa narrativa, uma forma de produzir dados em que o pesquisador se insere como sujeito da pesquisa pela participação na conversa e, ao mesmo tempo, produz dados para discussão. É, na verdade, um instrumento que permite a partilha de experiências e o desenvolvimento de reflexões sobre as práticas educativas dos sujeitos, em um processo mediado pela interação com os pares, através de diálogos internos e no silêncio observador e reflexivo.” (MOURA; LIMA, 2014, p.99)

A expectativa dessa ação no projeto é permitir aos atores envolvidos terem momentos de trocas de conhecimento e aprendizagem mútua, mas principalmente “compreender os significados que as pessoas ou um grupo atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL apud MOURA; LIMA, 2014, p.99). Com a relevância política e magnitude do projeto, foram pensadas duas estruturas de trabalho: a “Roda de Conversa Regional” e a “Roda de Conversa Geral” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013).

A roda de conversa geral previa o encontro entre todos os gestores e técnicos envolvidos no Projeto e objetivava refletir sobre as ações efetivadas. Nesses momentos, compartilhavam-se os êxitos, os fracassos, as dificuldades e os desafios inerentes à prática diária de acompanhamento das famílias. E as rodas de conversa regionais propunham encontros mais frequentes entre os profissionais implicados.

Participavam os profissionais das nove regionais administrativas, porém as rodas de conversa regionais foram agrupadas em quatro datas<sup>7</sup>.

A Coordenação do Projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria, realizada pela GPBHC, inovou na metodologia de trabalho do projeto ao promover esses encontros, que previam reflexões sobre a maneira de proceder quando da interação das famílias com os profissionais e estes entre si, construindo um atendimento de qualidade para as famílias em situação de maior vulnerabilidade pessoal e social. Esses momentos permitiam, também, o alinhamento dos objetivos do projeto nos diversos níveis de gestão do Projeto, que envolve desde a alta administração, que tem a percepção mais estratégica da definição política das ações, até atingir o nível operacional, fundamental para o alcance dos resultados e objetivos esperados.

Um ponto muito importante nas discussões envolvia o sistema de informação e gestão utilizado no projeto. Isso por que o Plano de Ação Familiar (PAF) foi inserido no Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais (SIGPS). A falta de familiaridade com a ferramenta, a fragilidade da infraestrutura física (disponibilidade de internet e computadores com restrições), além da dinâmica dos atendimentos, todos esses pontos foram importantes na qualificação das informações a serem monitorados no projeto.

A implementação de ações intersetoriais é um desafio sob várias perspectivas. Uma delas consiste na produção e organização de informações que permitam a constante melhoria na qualidade dos atendimentos prestados, na avaliação, no monitoramento e no planejamento do programa. Ou seja, ter um sistema de informação. Por isso vamos colocar um ponto específico sobre essa importante ferramenta tecnológica.

---

<sup>7</sup> Para facilitar a agenda da equipe responsável pela coordenação e dos apoiadores do projeto, as rodas de conversa regionais tiveram suas agendas definidas e agrupadas de acordo com a proximidade geográfica entre elas. Esse ajuste foi extremamente positivo e contribuiu com as discussões regionais, que puderam contar com um número bastante significativo de participantes das temáticas participantes do projeto.

### **3.4 SIGPS: Uma ferramenta para a gestão intersetorial.**

O Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais – SIGPS- é um “sistema que se baseia no conceito de “Prontuário Eletrônico do Cidadão”, uma estrutura eletrônica para manutenção de informação sobre a situação social e as intervenções realizadas junto ao cidadão/família durante o período em que foi necessário ser atendido e/ou protegido socialmente. O SIGPS foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Políticas Sociais e suas adjuntas, com o objetivo de modernizar e agilizar o registro de atendimento ao cidadão/família, bem como instituir um sistema de informação para a gestão.” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013).

Para que um Sistema de Informação seja utilizado como instrumento de modernização dos atendimentos prestados aos cidadãos e forneça dados para o gerenciamento dos serviços sociais, é necessário à sua implantação e efetivo uso pelos trabalhadores nos locais de atendimentos dos serviços das Políticas Sociais.

As condições necessárias à implantação são criadas, inicialmente, por meio da interlocução com os serviços, com o objetivo de conhecer as informações e os processos de coleta de dados que, em geral, são executadas com formulários em papel ou mecanismos tecnológicos como planilhas de Excel ou banco de dados em Access. As necessidades informacionais específicas dos serviços são reorganizadas em protocolos de atendimento. A possibilidade dessa configuração flexível é uma importante qualidade do SIGPS.

Concluída esta etapa, os trabalhadores são cadastrados no SIGPS e treinados em todos os módulos e protocolo de atendimento acessíveis a seu serviço. Com o uso efetivo do Sistema, muitas dúvidas surgem, exigindo um suporte presencial e remoto (help desk) ao trabalhador, usuário do SIGPS. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2013).

Vale ressaltar que o acesso ao sistema SIGPS por profissionais do quadro externo à SMPS favoreceu imensamente a concepção intersetorial do Projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria, uma vez que foi possível aos técnicos das Secretarias de Saúde e Educação consultar e registrar os dados dos atendidos no Projeto. Para Bronzo (2007), sistemas de informação podem potencializar (ou não) a intersetorialidade, “sem sistemas e procedimentos de coleta, sistematização e uso das informações, não é possível efetivar uma gestão por resultados de forma compartilhada” (p.25). De acordo com a autora, a definição conjunta de objetivos e metas de resultados e sua materialização em ferramentas de planejamento podem contribuir para uma gestão mais integrada das políticas.

O SIGPS, na forma como estava idealizado, instrumentalizou o Família Cidadã a integrar os diversos olhares das políticas sobre a realidade das famílias, visto que o reconhecimento dos beneficiários passou a ser feito a partir de uma única fonte de informação. Congregaram-se, desta forma, os dados que cada uma das temáticas, separadamente, possuía do participante do projeto. Os dados unificados e disponibilizados balizaram a construção do PAF, nortearam as estratégias de intervenção e racionalizaram os investimentos. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2011).

Para Veiga e Bronzo, (2012), uma leitura adequada da realidade e ampla compreensão do problema são pontos de partida centrais para explicar o êxito ou fracasso de uma política. Nesse sentido, o uso consistente da informação, por meio de sistemas de indicadores e bases de dados multisetoriais, na formulação, monitoramento e avaliação de políticas é o cerne de uma gestão efetivamente orientada para resultados.

Os sistemas de indicadores (de demanda, de produtos e resultados) e as informações geradas no processo de implementação são fundamentais, em uma gestão intersetorial, porque, além de possibilitar o enfoque avaliativo em todo o ciclo de uma política, permite ver, conjuntamente, o resultado de uma gestão e de um plano de ação consistente para a erradicação da pobreza e da miséria, seja em que escala for. (VEIGA; BRONZO, 2012).

Neste sentido, o Projeto Família Cidadã lançou mão do uso do sistema SIGPS para acompanhar, monitorar e avaliar as ações com as famílias do projeto, com o propósito de ser mais efetivo no combate das vulnerabilidades dessas famílias.

De modo geral, os estudos de avaliação de demandas sociais, os diagnósticos propositivos para intervenções específicas, os sistemas de indicadores de monitoramento e as pesquisas de avaliação de programas vêm se tornando mais consistentes e presentes no cotidiano dos gestores públicos. (JANNUZZI, 2011, p. 254).

Toda informação gerada pelo monitoramento e avaliação de uma política é recurso essencial para a gestão, onde o enfoque avaliativo determina os rumos que o projeto/programa pode tomar numa gestão. O processo avaliativo, longe de ser um recurso punitivo, serve como aprendizado institucional, permitindo conhecer/ propor alternativas e estratégias de intervenção.

“Para um grande número de instituições públicas envolvidas com a gestão social, o enfoque da gestão por resultados não é dominante ou não está suficientemente enraizado nas práticas e rotinas. O que predomina ainda é um estilo gerencial focado nos processos ou atividades realizadas ou nos produtos entregues, e o desempenho da equipe gestora é mensurado pelo grau de cumprimento do plano de trabalho (Mokate, 2000, p.6). (...) No enfoque da gestão por resultados, as iniciativas são julgadas em função da mudança que inserem no modo e nas condições de vida das pessoas. As informações geradas pelo monitoramento e pela avaliação são aliadas importantes do processo de gestão.” (BRONZO, 2004, p.84)

Para compreendermos o funcionamento do projeto e os trabalhos realizados com essas famílias, vamos apresentar no próximo capítulo os dados de diagnóstico e acompanhamento de algumas famílias participantes do projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria nesta segunda fase. Na sequência vamos analisar se os PAFs realizados com essas famílias têm correlação com as vulnerabilidades apresentadas no diagnóstico. E a partir dessas informações temos condições de analisar o funcionamento do Projeto Família Cidadã e verificar sua coerência com as propostas metodológicas de trabalho com famílias vulneráveis.

#### **4. TRÊS OLHARES SOBRE EXPERIÊNCIA DO TRABALHO COM FAMÍLIAS VULNERÁVEIS NO PROJETO FAMÍLIA CIDADÃ – BH SEM MISÉRIA: O QUE ENSINAM O DIAGNÓSTICO E O PLANEJAMENTO?**

Esse capítulo tem por finalidade apresentar o perfil de vulnerabilidade das famílias dos 34 Núcleos BHC/CRAS que participaram do Projeto Família Cidadã. Em seguida, apresentaremos uma comparação entre as principais vulnerabilidades verificadas e sua relação com o Núcleo que apresentou maior número de vulnerabilidades. Essas informações são relevantes para termos elementos concretos para analisar a correspondência de alguns PAFs de famílias destes equipamentos com as vulnerabilidades apresentadas por tais famílias. Mas antes de discutir os resultados, segue uma nota metodológica sobre os dados utilizados.

##### **4.1 Nota Metodológica**

A nossa participação na segunda fase do projeto foi a motivação para desenvolver este estudo, onde os momentos de apoio às atividades da coordenação do grupo gestor e a observação participante junto aos grupo técnico envolvido no projeto nos levaram a querer compreender de forma mais aprofundada o projeto e seu funcionamento, relacionando-o com as proposta teóricas vigentes no meio acadêmico, numa busca pela verificação da relação entre as realidades acadêmica e o funcionamento institucional das políticas públicas.

O trabalho monográfico trabalhou com análise de dados e de documentação do projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria. Essa observação é relevante para justificar nossa metodologia exploratória, que proporcionou um conhecimento muito importante, mas ainda incipiente sobre o projeto, tendo em vista a quantidade limitada de materiais e de dados disponíveis sobre o mesmo.

Os dados de seleção das famílias para participar do projeto se deram em um primeiro momento, por meio da extração, via Cadastro Único do Governo Federal –

CADÚNICO – de listagem de famílias com critérios que as colocavam em situação de pobreza e vulnerabilidade. Em seguida, foi realizado o cruzamento desses dados com o existente no Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais – SIGPS. Esse cruzamento de dados permitiu verificar quais eram as famílias mais vulneráveis do nosso município. Por isso mesmo, o levantamento das informações do Cadastro federal transcorreu sem dificuldades, já que a gestão municipal compreendeu a importância desse trabalho para aprimorar o acompanhamento das famílias beneficiárias (Bolsa Família).

Já para subsidiar este trabalho monográfico, foram disponibilizados em 2017 os dados informacionais do projeto contido no SIGPS pela Gerência de Informação, Monitoramento e Avaliação (GEIMA), estrutura gerencial responsável pelas informações da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC). Primeiro encaminharam relatórios informacionais sobre as vulnerabilidades das famílias do projeto e, posteriormente, mandaram as planilhas contendo dados dos PAFs das famílias participantes do projeto. Vale ressaltar que mesmo mediante a importância destes dados para análise do projeto, a obtenção das informações não foi um processo rápido nem simples, exigindo a intervenção da secretária municipal em algumas situações. No período de análise das informações, percebemos que o somatório repassado pela GEIMA não correspondia à soma de todos os Núcleos BHC participantes, o que nos fez revisar os dados até perceber que o relatório geral continha informações que extrapolavam o que foi solicitado.

Também foram disponibilizados os relatórios gerenciais e técnicos existentes na gerência de coordenação do projeto (GCBHC/ SMPS), cujas informações nos ajudaram a compreender o projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria. As outras informações foram obtidas junto à então Secretaria Municipal Adjunta de Modernização<sup>8</sup> (SMAM), no que se refere aos estudos de processo realizado para o projeto, e o documento construído pelos alunos bolsistas da Gerência de Extensão e Relações Institucionais (GERI) da Fundação João Pinheiro (FJP), referente à imersão realizada sobre o projeto. Esses dados são primordiais para a compreensão do projeto e do diagnóstico feito com as famílias a respeito de suas vulnerabilidades, assim como os planos de ação desenvolvidos

---

<sup>8</sup> Atual Subsecretaria de Modernização da Gestão (SUMOG)

na segunda fase do projeto, percebendo quais locais continham as famílias mais vulneráveis.

Conforme apresentado no capítulo anterior, faz parte do projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria fazer o levantamento em sistema informacional, juntamente com as famílias, das vulnerabilidades a serem trabalhadas/ monitoradas. Essas informações foram lançadas no Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais - SIGPS pelas secretarias temáticas de Assistência Social, Educação e Saúde. Conforme quadro abaixo, temos os tipos de vulnerabilidade que devem constar no estudo da família. São 8 tipos de vulnerabilidades, desmembradas em 60 subtópicos que podem ser marcados simultaneamente.

#### **Quadro 4 – Tipos de vulnerabilidades**

---

##### ***VULNERABILIDADES RELACIONAIS***

- FAMÍLIA OU MEMBROS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE CONFLITO
- FAMÍLIA OU MEMBROS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE PRECONCEITO/DISCRIMINAÇÃO
- FAMÍLIA OU MEMBROS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE ABANDONO
- FAMÍLIA OU MEMBROS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE APARTAÇÃO
- FAMÍLIA OU MEMBROS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE CONFINAMENTO
- FAMÍLIA OU MEMBROS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

##### ***VULNERABILIDADES POR CICLO DE VIDA, DEPENDÊNCIA E DEFICIÊNCIA***

- FAMÍLIA COM PESSOA COM DEFICIÊNCIA
- PRESENÇA DE CRIANÇAS DE 0 (ZERO) A 05 ANOS
- PRESENÇA DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES DE SEIS A QUATORZE ANOS
- PRESENÇA DE IDOSOS
- PRESENÇA DE IDOSOS DEPENDENTE OU SEMIDDEPENDENTE

##### ***VULNERABILIDADES DE ESCOLARIDADE***

- PRESENÇA DE ADULTOS ANALFABETOS
- PRESENÇA DE ADULTOS ANALFABETOS FUNCIONAIS
- PRESENÇA DE ADULTO COM FUNDAMENTAL INCOMPLETO
- PRESENÇA DE ADULTO COM SECUNDÁRIO INCOMPLETO
- PRESENÇA DE CRIANÇA DE ZERO A SEIS ANOS DE IDADE FORA DA ESCOLA
- PRESENÇA DE CRIANÇA/ADOLESCENTE DE SETE A QUATORZE ANOS DE IDADE FORA DA ESCOLA
- PRESENÇA DE CRIANÇA/ADOLESCENTE DE DEZ A QUATORZE ANOS DE IDADE ANALFABETO

PRESENÇA DE JOVEM DE QUINZE A DEZESSETE ANOS DE IDADE ANALFABETO  
 PRESENÇA DE CRIANÇA/ADOLESCENTE COM ATÉ QUATORZE ANOS DE IDADE COM MAIS DE DOIS ANOS DE ATRASO

***VULNERABILIDADES DE MATERIAIS***

FAMÍLIA ELEGÍVEL AO PBF, MAS NÃO RECEBE O BENEFÍCIO  
 FAMÍLIA ELEGÍVEL AO BPC, MAS NÃO RECEBE O BENEFÍCIO  
 RENDA FAMILIAR PER CAPITA INFERIOR À LINHA DA EXTREMA POBREZA  
 RENDA FAMILIAR PER CAPITA ATÉ ¼ DO SALÁRIO MÍNIMO  
 RENDA FAMILIAR PER CAPITA ATÉ ½ SALÁRIO MÍNIMO

***VULNERABILIDADES DE EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL***

MAIS DA METADE DOS MEMBROS EM IDADE ATIVA ENCONTRA-SE SEM OCUPAÇÃO  
 PRESENÇA DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES COM MENOS DE DEZESSEIS ANOS DE IDADE TRABALHANDO  
 PRESENÇA DE CRIANÇAS COM MENOS DE DEZ ANOS DE IDADE TRABALHANDO  
 FAMÍLIA COM NECESSIDADE DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

***VULNERABILIDADES DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS***

DENSIDADE DE MAIS DE DOIS MORADORES POR DORMITÓRIO  
 MATERIAL DE CONSTRUÇÃO NÃO PERMANENTE  
 ACESSO INADEQUADO À ÁGUA  
 ESGOTAMENTO SANITÁRIO INADEQUADO  
 SEM COLETA DE LIXO  
 SEM ACESSO À ELETRICIDADE  
 SEM ACESSO A ÁGUA FILTRADA  
 SEM ACESSO A GELADEIRA

***VULNERABILIDADES DA SAÚDE***

CRIANÇA MENOR DE CINCO ANOS COM VACINAÇÃO ATRASADA  
 CRIANÇA DE 0 (ZERO) A 5 (CINCO) ANOS SEM CLASSIFICAÇÃO NUTRICIONAL  
 CRIANÇA MENOR DE 1 (UM) ANO SEM ACOMPANHAMENTO DE PUERICULTURA  
 CRIANÇA DE 1(UM) A 2 (DOIS) ANOS SEM ACOMPANHAMENTO DE PUERICULTURA  
 ADOLESCENTE ENTRE 10 A 18 ANOS SEM ACOMPANHAMENTO  
 ADOLESCENTE ENTRE 10 A 18 ANOS SEM REGISTRO DE VACINAÇÃO ANTI-HEPATITE B GESTANTE NÃO CAPTADA  
 IDOSO COM 60 OU MAIS SEM VACINAÇÃO CONTRA-INFLUENZA  
 IDOSO COM 80 ANOS OU MAIS SEM ACOMPANHAMENTO  
 FAMÍLIA COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO FAMILIAR 4,5 OU 6  
 PRESENÇA DE CONDIÇÕES E/OU PATOLOGIAS PRIORITÁRIAS

***VULNERABILIDADES DE ACESSO A SERVIÇOS E DOCUMENTAÇÃO CIVIL***

FAMÍLIA COM MEMBROS SEM DOCUMENTAÇÃO CIVIL COMPLETA  
 FAMÍLIA COM ACESSO RESTRITO A ALIMENTAÇÃO BÁSICA

FAMÍLIA SEM ACESSO, MESMO QUE MOMENTÂNEO, AO CREAS/PAEFI  
FAMÍLIA SEM ACESSO, MESMO QUE MOMENTÂNEO, AO SCFV  
FAMÍLIA SEM ACESSO, MESMO QUE MOMENTÂNEO, A SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE  
FAMÍLIA COM ACESSO RESTRITO À POLÍTICA DE LAZER  
FAMÍLIA SEM ACESSO, MESMO QUE MOMENTÂNEO, A ALGUM SERVIÇO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO  
FAMÍLIA COM ACESSO RESTRITO À POLÍTICA DE CULTURA  
FAMÍLIA SEM ACESSO, MESMO QUE MOMENTÂNEO, A ALGUM SERVIÇO DA POLÍTICA DE SAÚDE  
FAMÍLIA SEM ACESSO, MESMO QUE MOMENTÂNEO, A ALGUM SERVIÇO DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO

---

**Fonte:** SIGPS, 2016. Elaboração própria

As vulnerabilidades abordadas no sistema SIGPS não se furtaram a apresentar um perfil multidimensional e interdependente, seja das variáveis quanto de seus subtópicos, conforme apresentamos no capítulo anterior. As famílias estão inseridas em contextos multicausais, que resultam em uma diversidade de problemas e limitações que acabam se comunicando e, conseqüentemente, causando impactos que exigem uma intervenção multidisciplinar. Por isso, o projeto só pode ser executado da forma adequada se prioriza o planejamento das intervenções de forma intersetorial – e o PAF é a ferramenta informacional que viabilizará todo o processo de trabalho com as famílias vulneráveis.

Ainda sobre as informações, a qualidade e confiabilidade dos dados de atendimento foram motivos de debates com as equipes regionais e de atendimento local. Desde o início do trabalho de estudo de processo e de inserção de dados no sistema SIGPS, alguns motivos sobre as limitações informacionais foram colocados: processos de trabalho variam conforme a realidade local, reduzida equipe participante, estrutura de trabalho deficitária (microcomputadores), planejamento de treinamentos e suporte no uso do sistema dependia de disponibilidade de equipe do nível central.

Nas próximas seções, apresentam-se dois olhares sobre o perfil de vulnerabilidade das famílias beneficiárias do projeto: um mais geral, de todas as famílias

atendidas; e um olhar mais específico, relativo às famílias do Núcleo BHC Vila Biquinhas, que apresentou os dados de maior vulnerabilidade entre as famílias acompanhadas pelo projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria. Esses olhares são necessários para evidenciar a complexidade das condições vivenciadas pelas famílias e, em consequência disso, a abrangência de demandas a serem respondidas pelas equipes do Projeto através do atendimento familiar singularizado. Este, por sua vez, será discutido na última seção deste capítulo através de um terceiro olhar sobre a experiência do projeto, focado na análise dos PAF das 6 famílias mais vulneráveis do Núcleo BHC Vila Biquinhas.

#### 4.2 Um olhar geral para as vulnerabilidades das famílias atendidas pelo projeto

A proposta do projeto é de fazer a seleção de 60 famílias vulneráveis, alcançando 2.040 famílias conforme critérios estabelecidos entre a coordenação do projeto e as temáticas participantes do trabalho. Ao analisar o relatório das Famílias Cidadãs que foram selecionadas pelos 34 Núcleos BHC das 9 regionais da PBH, verificou-se que os núcleos tinham uma variação do quantitativo de famílias selecionadas<sup>9</sup>, atingindo o total de 1848 famílias. No quadro abaixo, verificaremos a variação em relação ao valor total devido à volatilidade das famílias nos territórios:

**Quadro 5 – Número de Famílias Cidadãs por Núcleo BHC/CRAS**

NÚCLEO BHC/CRAS	NÚMERO DE FAMÍLIAS
INDEPENDÊNCIA	59
PETRÓPOLIS	59
VILA CEMIG	55
VILA MARÇOLA	58
VILA FÁTIMA	60
SANTA RITA	58
ALTO VERA CRUZ	50
GRANJA DE FREITAS	59
MARIANO DE ABREU	57

<sup>9</sup>Essa variação deve-se ao quantitativo de pessoas residentes no raio de abrangência dos Núcleos BHC com perfil que atende aos critérios estabelecidos.

---

TAQUARIL	52
PAULO VI	53
UNIÃO	21
VILA MARIA	60
PEDREIRA PRADO LOPES	56
CALIFÓRNIA	57
COQUEIRAL	52
VILA SENHOR DOS PASSOS	60
SUMARÉ	23
JARDIM FELICIDADE	53
NOVO ARARAÓ REIS	54
PROVIDÊNCIA	58
VILA BIQUINHAS	57
ZILH SPOSITO	57
MORRO DAS PEDRAS	53
HAVAÍ VENTOSA	60
VILA ANTENA	48
VISTA ALEGRE	55
CONFISCO	58
NOVO OURO PRETO	60
SANTA ROSA	57
SÃO JOSÉ	59
LAGOA	56
MANTIQUEIRA	58
APOLÔNIA	56
<b>TOTAL</b>	<b>1848</b>

---

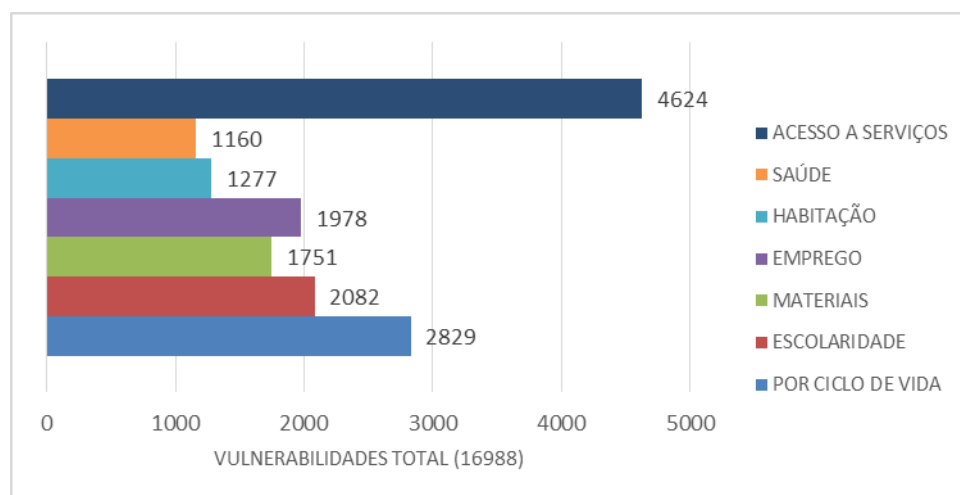
**Fonte:** SIGPS, 2016. Elaboração própria

Dessas famílias, foi extraído do sistema SIGPS o consolidado de vulnerabilidades por família (Anexo 3), com o apontamento de 16.988 vulnerabilidades levantadas pelos técnicos. Esse resultado evidencia a extensa presença da multicausalidade nas condições de vulnerabilidade das Famílias Cidadãs, intensificando sua situação de

pobreza devido a outros fatores que não se limitam à renda. Esse dado nos possibilita afirmar que os critérios estabelecidos para a seleção das famílias no projeto conferem com a proposta de atendimento a um público que precisa da atuação do poder público de forma mais interdisciplinar.

Assim, pode-se observar a partir do gráfico 1 logo abaixo que a maior quantidade de marcações de vulnerabilidades apresentada pelas Famílias Cidadãs se refere à dimensão *acesso à serviços*, com 4.624 marcações (27,2% do total), seguida da *vulnerabilidade por ciclo de vida* com 2.829 (17,55%), em terceiro lugar a *vulnerabilidade de escolaridade*, com 2.082 situações levantadas (12,25%). Por último ficou a dimensão *saúde*, com 1.160 marcações (6, 82% do total de vulnerabilidades identificadas).

**Gráfico 1 – Quantidade de situações de vulnerabilidade identificadas por dimensão, Projeto Família Cidadã – BH sem Miséria, 2016**



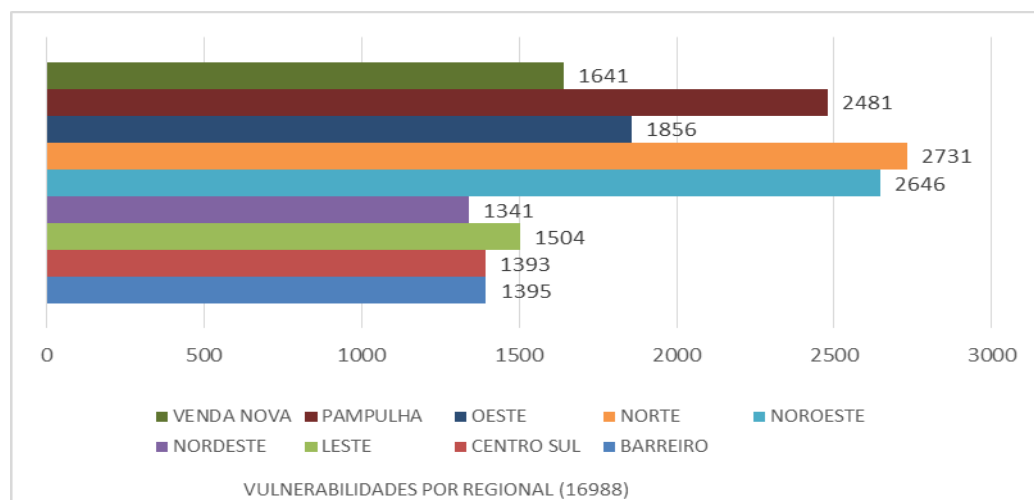
**FONTE:** SIGPS. Elaboração própria

O gráfico acima está detalhado no Anexo 3 na forma de tabelas por tópicos e subtópicos das vulnerabilidades. Podemos destacar nas duas vulnerabilidades mais pontuadas (de acesso a serviços e ciclo de vida), problemas na oferta das políticas públicas de lazer, cultura e assistência social; e famílias que contam em sua composição uma quantidade de pessoas bastante jovens (crianças e adolescentes até 18 anos). Isto nos faz inferir que essas famílias estão suscetíveis devido ao grande número de vulnerabilidades apontadas e com maior dificuldade de utilizar os ativos disponíveis para acessar as oportunidades e bem-estar.

Outra vulnerabilidade que no gráfico 1 e é necessário falarmos a respeito está relacionada com a educação, obtendo 2.082 marcações. Mesmo se tratando de uma política universalizada, ainda convivemos no nosso país com o problema do acesso à educação, bem como a sua permanência. Consideramos que a limitação do saber proveniente do ambiente escolar favorece fortemente a pobreza, pela falta de acesso aos ativos necessários para atender às exigências do mercado de trabalho, além de submeter as pessoas de baixa escolarização a relações precárias de trabalho.

Demonstrando as vulnerabilidades por regional, nota-se no gráfico 2 que a regional Norte é a que apresentou maior quantidade de situações de vulnerabilidade mapeadas (16,1% do total), ao passo que a regional Nordeste apresentou a menor (7,9%). Chama a atenção também as regionais Noroeste e Pampulha, que apresentaram percentuais de vulnerabilidades mais altos e próximos ao da Norte (15,6% e 14,6% respectivamente) e as regionais Barreiro e Centro Sul, com percentuais na casa dos 8,2%. Novamente, os dados por regional, destacam as vulnerabilidades por acesso a serviços públicos municipais e por ciclo de vida, dependência e deficiência, conforme pode ser observado no gráfico 2 abaixo.

**Gráfico 2 – Quantidade de situações de vulnerabilidade identificadas por regional, Projeto Família Cidadã – BH sem Miséria, 2016**



**FONTE:** SIGPS. Elaboração própria

Nos Anexos 5 e 6, temos o detalhamento das vulnerabilidades por Núcleo BH Cidadania, apresentando os dados totais e por regional. Sobre o perfil geral do diagnóstico das famílias beneficiadas, vale destacar que o Núcleo BH Cidadania que identificou famílias com mais situações de vulnerabilidade é o Vila Biquinhas, situado na Regional Norte de Belo Horizonte, com 853 vulnerabilidades marcadas. Na sequência vem o Núcleo BHC São José, com 796 vulnerabilidades e a seguir o BHC Confisco, com 720 vulnerabilidades – ambos pertencentes à regional Pampulha. Já o Núcleo o que levantou famílias com menor quantidade de vulnerabilidades foi o BHC União, situado na regional Nordeste. Esses valores são impactados por diversos fatores, além das vulnerabilidades. Como ressaltamos na nota metodológica, tudo que interfere na dinâmica de trabalho impactou nos valores acima: alguns lugares têm uma equipe técnica bastante reduzida, processos de trabalho diferentes, estrutura informacional com problemas. Foram feitos ajustes de datas para que todos os locais conseguissem executar as atividades propostas pelo projeto, mas as especificidades demonstram claramente as diferenças no andar do projeto.

Antes de analisarmos de forma pormenorizada o Núcleo BHC mais vulnerável, vale ressaltar que o mesmo está localizado numa região administrativa que passou por intensas intervenções urbanas, como a expansão do Aeroporto Internacional de Confins, a construção da Cidade Administrativa do governo do estado, a construção da Linha Verde, a viabilização da Alça Norte do Rodoanel Metropolitano e a duplicação do corredor Antônio Carlos/ Pedro I são algumas obras de origem pública que abarcaram a região. Além disso, a oferta de serviços públicos por meio de equipamentos municipais, que engloba saúde, educação, assistência social, dentre outros, também é considerável na região (Fonte: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores>>).

Essas informações sinalizam, para o lado da demanda, que as privações mais frequentes entre as famílias atendidas são quanto ao *acesso geral aos serviços públicos*, sejam os socioassistenciais, os de cultura e lazer, educacionais, habitacionais e os de saúde. Vale registrar que essa dimensão do diagnóstico é bastante abrangente, o que pode ter aumentado o número de situações identificadas. Por outro lado, os dados indicam a distância entre o poder público e as famílias vulneráveis, que parecem sequer chegar aos

equipamentos de oferta das políticas públicas municipais, exaltando a sua marginalização. Do lado da oferta, já coloca um desafio significativo para o projeto: o mapeamento da rede de serviços nos territórios onde as famílias se encontram e um trabalho articulação desta rede para a busca ativa e o atendimento. O trabalho com famílias vulneráveis requer a soma de esforços de diferentes setores de políticas públicas para funcionar, conforme previa o desenho do Família Cidadã – BH sem Miséria.

Com isso, pode-se perceber o tamanho do desafio posto para os profissionais envolvidos no Projeto Família Cidadã. Vale ressaltar que Bronzo (2009) nos coloca que as políticas públicas e os programas são elementos fundamentais para fortalecer a capacidade de respostas das famílias e de seus membros perante suas vulnerabilidades. Não é possível pensarmos em redução das vulnerabilidades das famílias se elas ainda têm dificuldades de acessar os serviços públicos, ainda mais se tratando de políticas de acesso universalizado.

Na próxima seção, aproxima-se o olhar sobre o perfil de vulnerabilidades das famílias atendidas pelo projeto, ao se analisar os dados do Núcleo BHC Vila Biquinhas, o qual, conforme evidenciado acima possui o território com maior quantidade de vulnerabilidades identificadas.

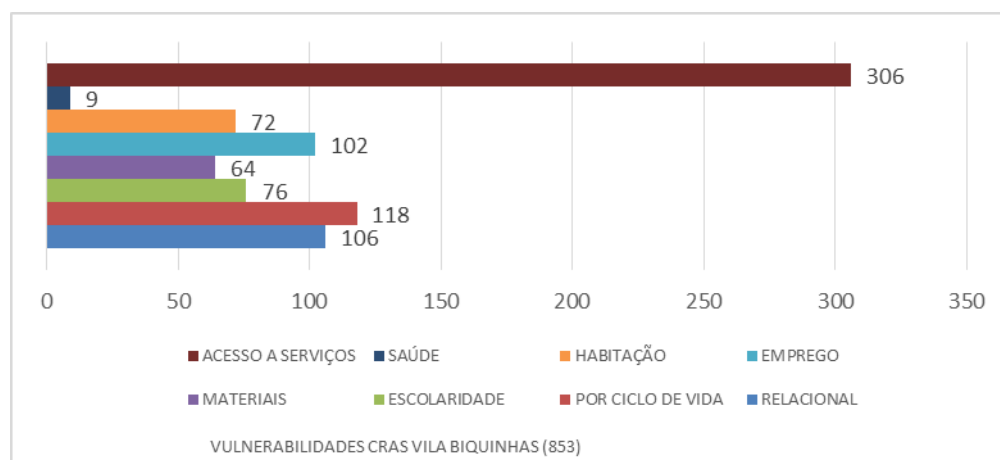
#### **4.3 Um olhar específico para as vulnerabilidades das famílias atendidas pelo projeto – o Núcleo BHC Vila Biquinhas**

O BHC Vila Biquinhas foi criado pela Lei Nº 9235, de 26 de julho de 2006, lei que criou a função pública de coordenador dos equipamentos municipais de apoio à cidadania. Ele está localizado na regional Norte da Capital de Belo Horizonte. Atualmente a população desta regional é de 212.055 habitantes, sendo 64.062 domicílios. Sua extensão territorial é de 32,56 km<sup>2</sup> e uma densidade demográfica de 6.513 hab./km<sup>2</sup>. A Regional

Norte faz divisa com os municípios de Santa Luzia e Vespasiano e com as regionais Nordeste, Pampulha e Venda Nova (SITE PBH, 2018).

Ao analisar as 57 famílias selecionadas para o Projeto Família Cidadã nesse território, foi verificado que a maioria delas apresenta mais de um tipo de vulnerabilidade. Foram marcados 853 subtópicos de vulnerabilidades diferentes, sendo a predominante a de acesso a serviços, com 306 marcações (35,9%), e, em segundo lugar, a vulnerabilidade por ciclo de vida, com 118 situações mapeadas (13,8%). Estes dados seguem a tendência geral apresentada na seção anterior, mas registra-se a maior presença de vulnerabilidades de acesso a serviços nas famílias desse Núcleo em comparação ao conjunto delas. As vulnerabilidades relacionais ocupam o terceiro lugar, com 106 marcações (12,4%) muito perto das condições vulneráveis relacionadas à emprego (102 registros, 12,0%). A dimensão escolaridade, que ocupa o terceiro lugar dentre as vulnerabilidades do perfil macro, aparece no Vila Biquinhas em quinto, com 76 marcações, o que representa 8,9%. Foram registradas, ainda, 72 situações de vulnerabilidade da dimensão habitação (8,4%), 64 vulnerabilidades materiais (7,5), e por último a relacionada com saúde, com 9 marcações (1,1%). O gráfico 3 abaixo apresenta esses dados.

**Gráfico 3 – Quantidade de situações de vulnerabilidade identificadas no Núcleo BHC Vila Biquinhas por dimensão, Projeto Família Cidadã – BH sem Miséria, 2016.**



**FONTE:** SIGPS. Elaboração própria

Com as informações do gráfico 3 é possível destacar que a vulnerabilidade por acesso a serviços é a maior demanda apresentada pelas famílias atendidas no projeto. Foram escolhidas as opções de atendimento restrito, ou mesmo sem acesso aos serviços, da área social, como saúde, educação, cultura, inclusive alimentação básica e os serviços da assistência social. Não houve diferenciação de importância dessas políticas, seja por peso, importância e/ou relevância no projeto, todas foram consideradas igualmente necessárias para a superação da pobreza. E o PAF tem condições de refletir as vulnerabilidades apontadas, posto que todas as temáticas citadas possuem políticas estruturadas no município capazes de reverter esse cenário de carência e restrições.

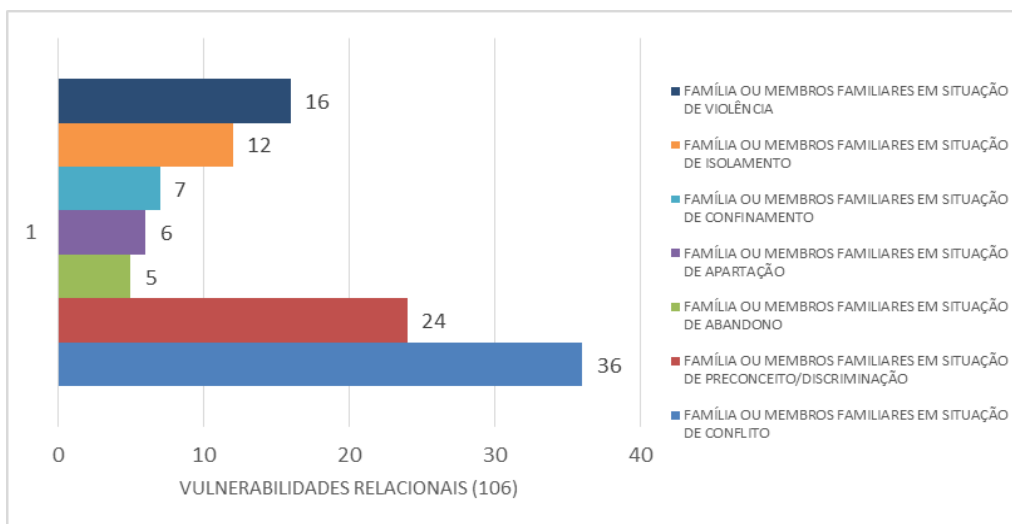
Devemos dar atenção a outras duas situações de vulnerabilidade: *por ciclo de vida e relacional*. Na primeira estão englobadas as pessoas de faixa etária e condições físicas de maior dependência e também com poucos ativos que possam reverter uma situação de risco e mesmo de exclusão social, que são as crianças e jovens; também entram nesse item o público idoso e o de pessoas com deficiência. E na segunda estão os problemas relacionais, como conflitos familiares, abandono e violência. Essas duas vulnerabilidades possuem políticas públicas municipais que permitem a minimizar os efeitos negativos da exclusão e/ ou vulnerabilidade em que as famílias atendidas no projeto vivem, e por isso é importante investigar, de forma mais pormenorizada em outro momento, a assertividade (ou não) do poder público na execução de suas ações, de forma a permitir que os membros dessas famílias superem essa situação e consigam se reestruturar.

Com o intuito de aprofundar a análise das vulnerabilidades, apresentam-se na sequência os dados desagregados por subtópico de vulnerabilidade. Serão evidenciadas as 3 situações de vulnerabilidade com maior quantidade de registros em cada dimensão.

Como demonstra o gráfico 4 abaixo, o detalhamento das vulnerabilidades inicia pela dimensão relacional. Do total de 106 registros, a situação de conflito se destaca em relação às demais vulnerabilidades relacionais, com 36 apontamentos, apesar dela ser uma vulnerabilidade menos tangível e mais difícil de ser identificada. Na sequência, nota-

se 24 marcações de situação de preconceito ou discriminação e 16 de situações de violência. Nota-se o ambiente de hostilidade vivenciado pelos membros das famílias desse Núcleo. Elaborar metas e ações para esta vulnerabilidade é de fundamental importância para o enfrentamento da pobreza, uma vez que ela perpassa as relações sociais que necessariamente deve ser fortalecida para a superação da pobreza e para o empoderamento de grupos em situação de vulnerabilidades. Destaca-se o importante papel das equipes dos serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social- SUAS tanto da básica, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS quanto da média complexidade Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, no desenvolvimento de estratégias de intervenção nessas situações. A convergência e sintonia entre esses dois níveis de atuação do SUAS precisa ocorrer sempre, pois a situação das famílias atendidas por esta política pública pode transpor muito facilmente a situação de vulnerabilidade para a de violação de direitos, sendo necessário contar com o aporte de órgãos jurídicos e de proteção aos direitos humanos.

**Gráfico 4 – Quantidade de situações de vulnerabilidade relacionais por subtópico, Núcleo BHC Vila Biquinhas, Projeto Família Cidadã – BH sem Miséria, 2016.**



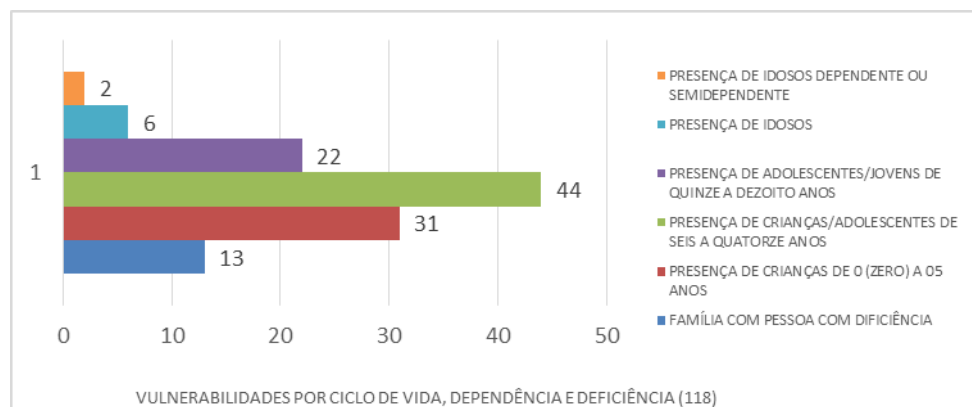
**FONTE:** SIGPS. Elaboração própria

Quanto à vulnerabilidade por ciclo de vida, dependência e deficiência, que tem destaque no Vila Biquinhas, percebe-se grande incidência de famílias com crianças de 06 a 14 anos (44 registros de um total de 118), seguido de crianças de zero a 05 anos (31

marcações) e adolescente/jovem de 15 a 18 anos (22 registros). Esse perfil de composição familiar sugere famílias com estrutura etária com elevado grau de membros dependentes, conforme pode ser identificado no gráfico 5 abaixo.

Novamente os dados demonstram a importância do papel do Estado para oferecer políticas que ofereçam atenção e proteção a esse público vulnerável, bem como reforçar as políticas públicas que possam promover a emancipação e empoderamento das pessoas de referência a esses dependentes. Um trabalho de articulação e em rede como propõe o projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria pode alcançar esses resultados.

**Gráfico 5 – Quantidade de situações de vulnerabilidade por ciclo de vida, dependência e deficiência por subtópico, Núcleo BHC Vila Biquinhas, Projeto Família Cidadã – BH sem Miséria, 2016**

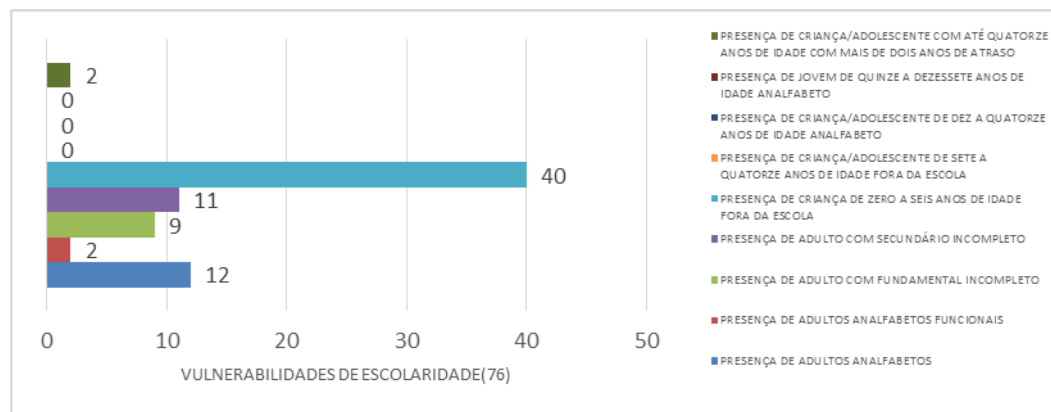


**FONTE:** SIGPS. Elaboração própria

Com relação à vulnerabilidade educacional (gráfico 6), duas informações trazem preocupação: do total de 76 marcações, 40 se refere às crianças de zero a seis anos de idade fora da escola. Além disso, a presença de adultos com analfabetos, ou fundamental incompleto também é muito significativa (21 registros). Com isso, temos a evidência de que as famílias atendidas pelo projeto possuem baixa escolaridade, o que pode desencadear outras situações de vulnerabilidades como desemprego e baixa qualificação profissional, o que dificulta a superação da situação de pobreza.

Para Moser (2010) e Katzman (1999) a educação é vista como um ativo de extrema relevância para o enfrentamento das vulnerabilidades. Lidar com estes ativos permite a melhoria da qualidade de vida através da oferta de trabalhos melhor remunerados. A temática educação, mesmo se tratando de uma política de acesso universal, ainda enfrenta desafios no atendimento ao público vulnerável, como fomentar o acesso ao ensino público, através da maior oferta de vagas e horários, que atendam às necessidades dos responsáveis, bem como estabelecer estratégias eficientes de retenção das pessoas nos bancos escolares, para cumprirem o programa educacional no prazo regulamentar e lograr êxito na conclusão das etapas de aprendizado.

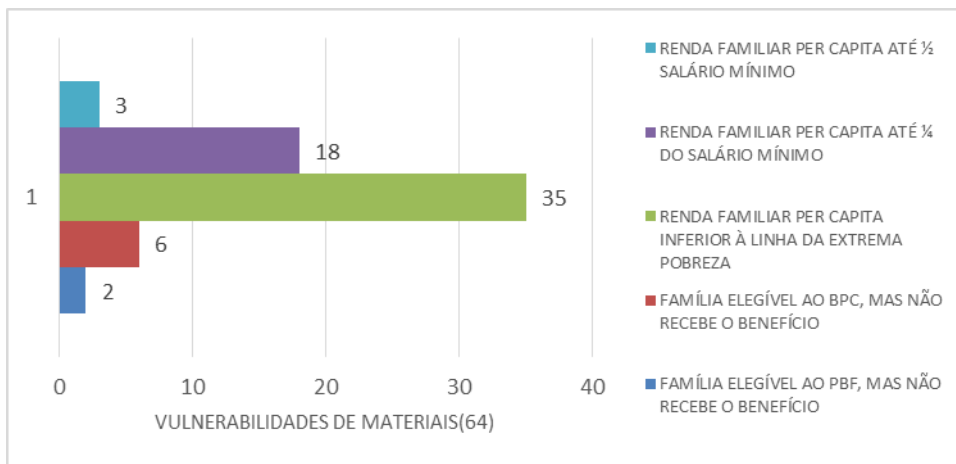
**Gráfico 6 – Quantidade de situações de vulnerabilidade por escolaridade por subtópico, Núcleo BHC Vila Biquinhas, Projeto Família Cidadã – BH sem Miséria, 2016.**



**FONTE:** SIGPS. Elaboração própria

Em relação à vulnerabilidade material (gráfico 7), nota-se uma situação alarmante, pois grande parcela das famílias do projeto no BHC Vila Biquinhas vive no patamar da extrema pobreza (35 registros, do total de 64) e outra parte significativa tem renda de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo (18 registros). Essa vulnerabilidade é a mais propícia para demonstrar como a pobreza está conectada diretamente com outras questões, como transferência de renda, qualificação profissional, educação. O seu impacto se sente também ao tratarmos de outros elementos, como saúde e habitação, por exemplo. Isso mostra a necessidade de que sejam tomadas medidas conjuntas entre as temáticas, de forma a termos efetividade na superação da pobreza e suas vulnerabilidades.

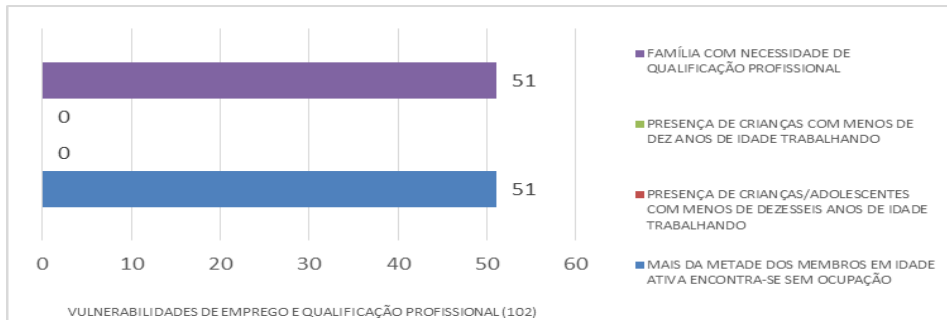
**Gráfico 7 – Quantidade de situações de vulnerabilidade material, por subtópico, Núcleo BHC Vila Biquinhas, Projeto Família Cidadã – BH sem Miséria, 2016.**



**FONTE:** SIGPS. Elaboração própria

No que se refere à vulnerabilidade de emprego e qualificação (gráfico 8), há a presença muito elevada de membros com necessidade de qualificação profissional e em idade ativa sem ocupação (51 marcações em cada subtópico, de um total de 102). Podemos inferir que tal vulnerabilidade está diretamente relacionada com a baixa escolaridade dos membros da família, o que intensifica as barreiras para acessar e construir uma trajetória de profissionalização e, como consequência, se inserir no mercado de trabalho. Como aponta Barbosa (2017, p. 60) citando Moser (2010) “é importante ressaltar que o trabalho em si não é um ativo na categoria de capital humano, pois ele precisa da posse e mobilização de outros ativos, como a educação”. Assim, a vulnerabilidade de emprego está intimamente relacionada à situação de bem-estar do indivíduo e família.

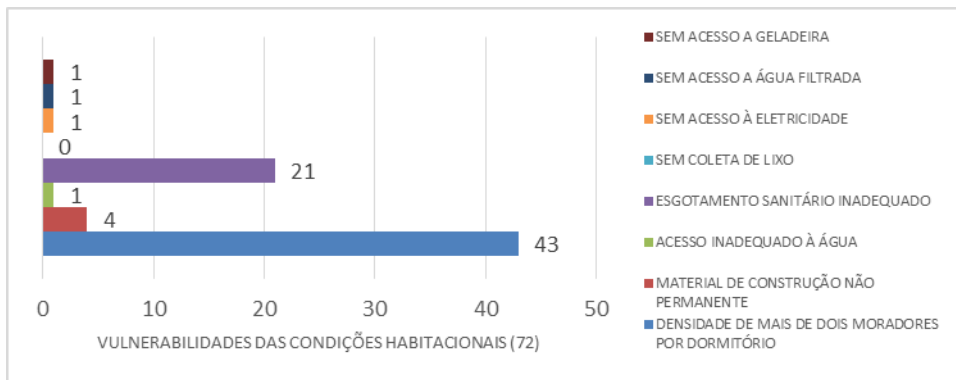
**Gráfico 8 – Quantidade de situações de vulnerabilidade de emprego e qualificação, por subtópico, Núcleo BHC Vila Biquinhas, Projeto Família Cidadã – BH sem Miséria, 2016.**



**FONTE:** SIGPS. Elaboração própria

Quanto à vulnerabilidade habitacional, apresentada no gráfico 9, percebe-se uma incidência maior de marcações no subtópico densidade de mais de dois moradores por dormitório (43 marcações de 72 no total), seguido de esgotamento sanitário inadequado (21 registros). Esta é uma situação vivenciada por muitas famílias pobres, devido à precariedade das condições habitacionais que as atravessam. De acordo com Moser (1997), a habitação é um ativo produtivo que pode proteger as famílias contra a pobreza extrema, assim como o adensamento do número de pessoas convivendo no mesmo espaço é uma característica de arranjo das famílias vulneráveis. Esse item, além do de renda, é um dos que mais evidenciam a situação de criticidade das famílias vulneráveis. Tanto nas Rodas de Conversa quanto nos planejamentos de ações (PAF), é tema recorrente e sempre pautadas as questões habitacionais e suas possíveis melhorias.

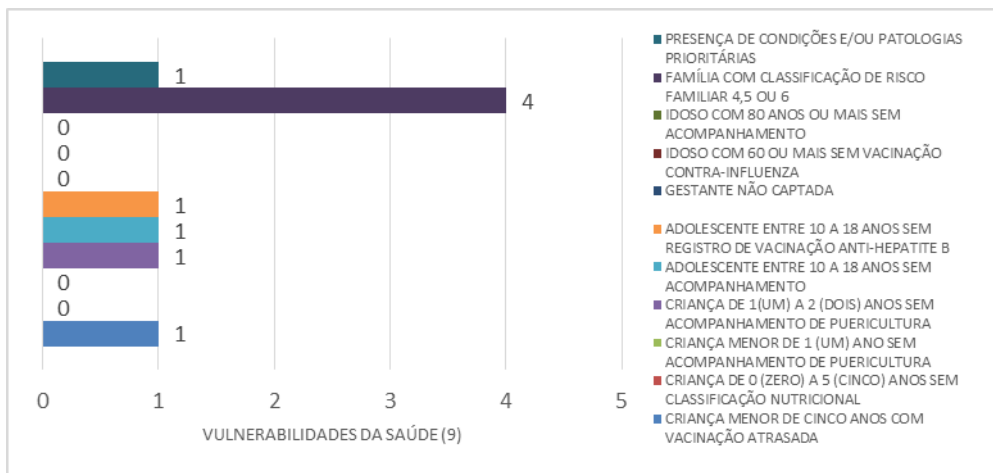
**Gráfico 9 – Quantidade de situações de vulnerabilidade por condições habitacionais, por subtópico, Núcleo BHC Vila Biquinhas, Projeto Família Cidadã – BH sem Miséria, 2016.**



**FONTE:** SIGPS. Elaboração própria

Apesar da vulnerabilidade da saúde, conforme gráfico 10, apresentar poucas marcações em relação às outras dimensões de vulnerabilidades, quando detalhamos o item, é possível perceber a incidência de 4 registros de famílias com classificação de risco familiar 4, 5 ou 6, o que significa que há necessidade de acompanhamento mais próximo por parte da Saúde para este público de pessoas. Este subtópico que se destaca em relação às demais. Crianças e adolescentes sem acompanhamento de saúde também chamam a atenção dentre os poucos registros de vulnerabilidade de saúde. Podemos inferir que há lacunas e fragilidades neste processo de acompanhamento do poder público, a abrangência fica mais comprometida quando o trabalho interdisciplinar está pouco estruturado.

**Gráfico 10 – Quantidade de situações de vulnerabilidade de saúde, por subtópico, Núcleo BHC Vila Biquinhas, Projeto Família Cidadã – BH sem Miséria, 2016.**

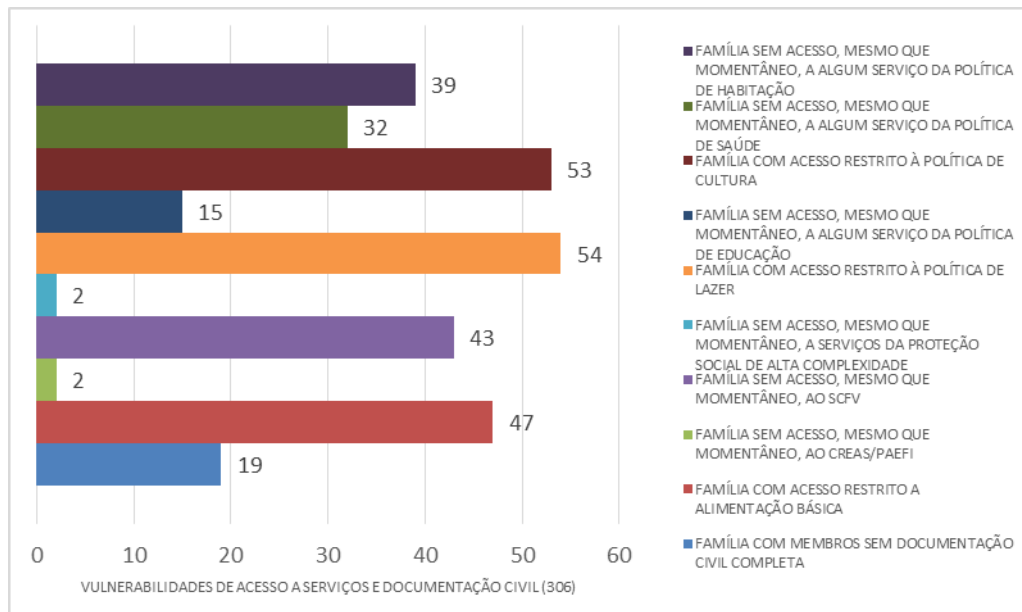


**FONTE:** SIGPS. Elaboração própria

O último detalhamento se refere à vulnerabilidade de acesso a serviços e documentação civil (gráfico 11), a mais presente nas famílias da Vila Biquinhas. Num total de 306 registros nessa dimensão, nota-se um quantitativo muito próximo de marcações referentes à falta de políticas de cultura (53), e lazer (54), seguidos de família com acesso restrito à alimentação básica (47 marcações) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Assistência Social (43 registros). Essa vulnerabilidade aponta a fragilidade do poder público municipal da área social frente às famílias carentes, pois a existência de um equipamento do porte e importância do BH Cidadania só se justifica ao permitir o acesso mais ágil e frequente às políticas públicas estabelecidas pelo município. Se este acesso está em xeque é preciso saber os motivos, pois há a possibilidade de ter havido a descontinuidade das ações ou mesmo a sua execução estar sob novas diretrizes.

Chama a atenção o número considerável de marcações do subtópico de famílias sem acesso, mesmo que momentâneo, ao serviço da política de saúde (32 registros), que confronta com os dados apresentados no gráfico 10. Também foi citada a falta de acesso à política de habitação (39 marcações), complementando os apontamentos feitos na vulnerabilidade de condições habitacionais.

**Gráfico 11 – Quantidade de situações de vulnerabilidade de acesso a serviços e documentação civil, por subtópico, Núcleo BHC Vila Biquinhas, Projeto Família Cidadã – BH sem Miséria, 2016**



**FONTE:** SIGPS. Elaboração própria

Concluída esta etapa, em que as vulnerabilidades apontadas compuseram o perfil das famílias para o projeto, é possível tratarmos dos Planos de Ação Familiar (PAF), para entendermos como funcionou o planejamento do projeto frente às vulnerabilidades identificadas. É o que se apresenta na próxima seção.

#### **4.4 Um olhar para o planejamento do trabalho com seis famílias vulneráveis no Núcleo BHC Vila Biquinhas**

Concluídas as análises das vulnerabilidades das famílias participantes do projeto Família Cidadã do BHC Vila Biquinhas, serão analisados nessa sessão os PAFs das famílias que apresentaram o maior número de vulnerabilidades. Pretendem-se verificar em que medida as ações planejadas correspondem às vulnerabilidades apresentadas. A análise concentra em famílias que tiveram 20 marcações ou mais de vulnerabilidades em seu PAF, que totalizaram 06 casos. Os nomes dessas famílias são fictícios para preservar as suas respectivas identidades.

Para fins da análise da correspondência entre as ações do PAF e o perfil de vulnerabilidade das seis famílias, calculou-se a razão entre o número de ações registradas no PAF correspondentes a cada dimensão de vulnerabilidade e o total de ações especificadas no Plano de Ação da família em questão. A relação, e posterior contabilização, entre as ações planejadas e as dimensões de vulnerabilidade foram estabelecidas pelo próprio autor, com base na leitura dos PAFs que considerou as aproximações de palavras e de sentidos entre os tipos de vulnerabilidade e as ações.

Antes de iniciar a análise dos seis casos, é necessário caracterizar o instrumental do Plano de Ação Familiar, que tem oito tópicos. O primeiro é da identificação da família, contendo o nome do responsável familiar, código familiar do CADÚNICO, nº da família no SIGPS, endereço e telefone. O segundo é onde se registra os apontamentos apresentados pela família, contribuindo para o diagnóstico da situação. O terceiro são os objetivos a serem trabalhados com a família, que contém 16 opções de

marcações, que dizem respeito a objetivos de promoção, apoio e acompanhamento nas áreas de assistência social, saúde e educação<sup>10</sup>, a saber:

1. fortalecer a função protetiva da família;
2. prevenir a ruptura dos vínculos familiares /comunitários e preservar os direitos de cada cidadão;
3. promover acesso a serviços socioassistenciais;
4. promover acesso aos serviços setoriais;
5. apoiar a família que possui indivíduos que necessitam de cuidados;
6. favorecer a autonomia dos seus membros e o protagonismo familiar;
7. promover acesso às ações ofertadas pelos SUS/BH, de acordo com os protocolos, fluxos e diretrizes;
8. acompanhar a família e seus membros em relação atenção, assistência, vigilância e promoção da saúde;
9. acompanhar a família e seus membros, de maneira intersetorial junto as outras políticas públicas;
10. avaliar a demanda de educação infantil para possíveis atendimentos;
11. monitorar e acompanhar a frequência escolar das crianças matriculadas no ensino fundamental;
12. promover acesso de crianças e adolescentes no plano de melhoria de aprendizagem;
13. promover o acesso de crianças e adolescentes em projetos/programas especiais da educação;
14. promover o acesso de jovens e adultos com defasagem escolar na EJA;
15. promover o acesso da família no programa saúde na escola;
16. promover o acesso das pessoas com deficiência na escola de ensino regular ou EJA.

O quarto ponto é composto por campo aberto, no qual o técnico poderá descrever outros objetivos a serem trabalhados com família que não estão contemplados nas 16 opções. O quinto ponto se refere às potencialidades das famílias, com seis opções de marcações, constituído por:

- presença de vínculos familiares;
- implicação da família na resolução dos conflitos;
- disponibilidade e participação em atividades comunitárias;
- responsabilidade parental preservada no cuidado familiar;
- rede social preservada para garantia de direitos;
- apropriação da informação aos direitos sociais.

---

<sup>10</sup> As ações e metas a serem desenvolvidas e acompanhadas pelas políticas temáticas serão norteadas por esses dezesseis itens.

O sexto ponto é aberto, onde o técnico poderá apontar outras potencialidades da família. O sétimo ponto se refere à análise técnica e por último consta um espaço para assinaturas dos três técnicos das temáticas que elaboraram com as famílias os planos com seus respectivos BM, e também a assinatura do responsável familiar no projeto e um espaço para colocação da data da elaboração do plano. O modelo do PAF utilizado no projeto Família Cidadã- BH Sem Miséria encontra-se no Anexo desta monografia.

A seguir vamos fazer a análise dos seis casos do Núcleo BHC Vila Biquinhas. Vale lembrar que o nome dos responsáveis pelas famílias é um dado sigiloso, aqui usamos nomes fictícios. E a escolha dessas famílias tem relação com o montante de critérios levantados pela equipe técnica multidisciplinar e intersetorial.

**Tabela 1- Vulnerabilidades e Ações Planejadas por Família Selecionada do Núcleo BHC Vila Biquinhas**

Vulnerabilidades	Família da Antônia		Família da Belarmina		Família da Carmélia		Família da Divina		Família da Edivalda		Família da Francisca	
	Nº de vulnerabilidades identificadas	Nº de ações planejadas	Nº de vulnerabilidades identificadas	Nº de ações planejadas	Nº de vulnerabilidades identificadas	Nº de ações planejadas	Nº de vulnerabilidades identificadas	Nº de ações planejadas	Nº de vulnerabilidades identificadas	Nº de ações planejadas	Nº de vulnerabilidades identificadas	Nº de ações planejadas
Relacionais	6	5	4	4	5	1	5	1	4	3	4	3
Por Ciclo de Vida,												
Dependência e Deficiência	2	0	4	0	4	0	3	0	6	0	2	0
Escolaridade	3	1	3	0	3	2	3	2	2	1	1	2
Materiais	-	-	2	0	1	0	1	0	2	0	1	0
Emprego e Qualificação Profissional	3	0	2	1	2	0	2	1	2	0	2	0
Condições Habitacionais	3	0	1	0	1	0	1	0	1	0	7	0
Saúde	-	6	-	5	2	8	-	8	-	5	-	4
Acesso à Serviços e Documentação Civil	9	4	7	3	6	0	7	2	6	1	9	4
Sem especificação	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>16</b>	<b>23</b>	<b>13</b>	<b>24</b>	<b>11</b>	<b>23</b>	<b>14</b>	<b>23</b>	<b>10</b>	<b>26</b>	<b>13</b>

**Fonte:** SIGPS. Elaboração própria

Em relação ao início das análises das informações da tabela 1, vale ressaltar como ponto positivo a estruturação do formato de trabalho conjunto entre as temáticas com maior proximidade com as famílias do projeto (saúde, educação e assistência social), utilizando instrumentos padronizados e de acesso simultâneo para a realização do registro

do atendimento às famílias participantes do projeto Família Cidadã- BH sem Miséria. Os pontos que chamam a atenção negativamente se referem à distância entre as metas de intervenção previstas no projeto com as ações propostas no PAF, fragilizando os resultados obtidos no trabalho executado.

Isso fica evidente quando verificamos um número alto de vulnerabilidades apontadas para os itens que são da competência da assistência social (vulnerabilidades relacionais e de acesso a serviço e documentos), mas com baixa resolutividade. O que motivou esse resultado? Podemos afirmar que a oferta de serviços públicos não é suficiente para atender às necessidades apontadas? Ou a dinâmica de trabalho das políticas envolvidas e seus instrumentos possuem limitações tão impactantes? Esses pontos merecem análises mais cuidadosas, para não fazermos nenhuma afirmação tendenciosa ou inverídica. A saúde merece destaque também, pois os dados apresentados demonstram duas situações antagônicas: se no diagnóstico praticamente não há apontamentos de vulnerabilidades, quando verificamos o planejamento das ações a serem executadas surgem demandas (normalmente numerosas). Houve falha no processo inicial de trabalho e os apontamentos foram feitos posteriormente? E as demais políticas, porque aparecem com demandas de atendimento tão pontuais? Os dados apontam para um envolvimento limitado com os objetivos do projeto (a exemplo das secretarias de emprego, habitação, esportes e cultura). Há uma clareza nos resultados obtidos, e até nos argumentos dos autores citados, que a superação da situação de criticidade e da pobreza só será possível quando todas as temáticas envolvidas atuarem de forma convergente, como proposto no projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria.

Veremos de maneira sucinta os resultados percebidos nos PAFs, apontando vulnerabilidades coerentes com o perfil das famílias atendidas, mas sendo impactados por fatores como a variação da adesão das políticas temáticas ao projeto, por exemplo.

#### **4.4.1 PAF da família da Antônia**

O PAF da família da Antônia apresentou vulnerabilidades em 6 dimensões, com 26 subtópicos marcados. As mais frequentes compõem as dimensões de acesso a serviços e documentação civil (9 registros) e relacional (6 marcações). Foram planejadas 16 ações, sendo: 4 relacionadas as vulnerabilidades de acesso a serviços e documentação civil; 5 a vulnerabilidade relacional; 1 relacionada a escolaridade; 6 relacionada às vulnerabilidades da saúde e 1 ação sem especificação. Pode-se perceber que apesar da vulnerabilidade mais presente na família ser a de acesso a serviços e documentação civil, o maior número de ações planejadas intervém em situações de vulnerabilidade por saúde, que não foram identificadas nesta família. Nota-se também que das seis vulnerabilidades apresentadas, três não tiveram planejamento de nenhuma ação (habitação/ qualificação/ ciclos de vida). Também não houve planejamento de ação para a metade dos problemas identificados na família, com destaque para a vulnerabilidade de emprego e qualificação profissional já que, para Kaztman e Filgueiras (2006), o emprego é considerado um ativo fundamental para o enfrentamento às vulnerabilidades, uma vez que além de ser um ativo é também fonte de outros ativos.

#### **4.4.2 PAF da Família da Belarmina**

O PAF da família da Belarmina, apresentou vulnerabilidades em 7 dimensões, somando 23 marcações de subtópicos. As vulnerabilidades mais presentes são a de acesso a serviços e documentação civil (7); relacionais (4) e de ciclo de vida, dependência e deficiência (4). Foram planejadas 13 ações para a família da Belarmina, sendo que 3 foram relacionadas a vulnerabilidade de acesso a serviços e documentação civil; 1 relacionada a emprego e qualificação profissional; 4 com a vulnerabilidade relacional e 5 relacionada à saúde. Nota-se que a correspondência entre o PAF e o diagnóstico dessa família é baixa. Observa-se que, o maior número de ações planejadas foi para vulnerabilidade de saúde, que não foi apontada no diagnóstico. Observa-se ainda que das 7 vulnerabilidades desta família, para 4 delas não foi planejada nenhuma ação, isso corresponde a 57% das vulnerabilidades sem ações planejadas.

#### **4.4.3 PAF da Família da Carmélia**

A família da Carmélia apresentou todos os 8 tipos de vulnerabilidades e teve 24 marcações de subtópicos. As situações mais presentes seguem sendo na dimensão acesso a serviços e documentação civil (6 registros), relacional (5 registros) e ciclo de vida, dependência e deficiência (4 marcações). Diferentemente das duas famílias já analisadas, a de Carmélia pontuou 2 condições de vulnerabilidade por saúde. Foram planejadas 11 ações para o trabalho com a família em 3 tipos de vulnerabilidade: escolaridade (2 ações), relacional (1 ação) e saúde (8 ações), ou seja, para 63% das vulnerabilidades identificadas, não houve ações planejadas. Apesar da vulnerabilidade de acesso a serviço e documentação civil ser a mais presente na configuração familiar de Carmélia, não foi planejada nenhuma ação específica para intervir nela. Destaca-se ainda a vulnerabilidade relacional que, mesmo sendo a segunda mais presente, não teve nenhuma ação planejada, ainda que seja mais específica ao campo de atuação das equipes de Assistência Social, uma das equipes centrais do Projeto Família Cidadã. O campo relacional é um fator extremamente importante de ser trabalhado, por que é nas relações que se constroem as saídas para as mudanças necessárias.

#### **4.4.4 PAF da Família da Divina**

O PAF da família da Divina apresentou vulnerabilidades em 7 dimensões, com um total de marcações em 23 subtópicos, seguindo a tendência de maior presença de vulnerabilidade de acesso a serviços e documentação civil e relacional. Foram planejadas 14 ações, sendo 2 pautadas para a dimensão mais recorrente, 1 a emprego; 2 à escolaridade; 1 relacionada à vulnerabilidade relacional e, novamente, 8 ações voltadas para a dimensão (saúde). Destaca-se, que o maior número de ações planejadas corresponde a uma dimensão que não foi diagnosticada, no caso para a saúde. Vale observar que tem apenas 1 ação para a vulnerabilidade relacional, diante de 5 vulnerabilidades apontadas.

#### **4.4.5 PAF da Família da Edivalda**

O PAF da família da Edivalda apresentou vulnerabilidades em 7 dimensões, com marcações de 23 subtópicos com o mesmo padrão dos PAF apresentados. Destes, teve 1 marcação da vulnerabilidade condição de habitação; 6 de ciclo de vida, dependência e deficiência; 6 de acesso a serviços e documentação civil; 2 de emprego e qualificação profissional; 2 de escolaridade; 2 de material e 4 relacional. Ao todo foram planejadas 10 ações, sendo 1 relacionada a acesso a serviços e documentação civil; 1 relacionada a escolaridade; 3 a relacional e 5 relacionada à outra dimensão (saúde). Para as 7 vulnerabilidades diagnosticadas, 4 não foram alvo de nenhuma ação planejada. Destaca-se também que 50% das ações foram para vulnerabilidade não apontada, no caso para saúde. Segundo o PAF, é uma família com bastante dependência familiar e desprovida de acesso aos serviços públicos – mesmo assim, sem nenhuma ação planejada para a primeira vulnerabilidade e apenas 1 ação para a segunda. Sem dúvida, se está diante de uma grande dificuldade do projeto em ajudar na superação de vulnerabilidade dessa família.

#### **4.4.6 PAF da Família da Francisca**

A família da Francisca apresentou vulnerabilidades em 7 dimensões, com 26 subtópicos de marcações, sendo a segunda das duas famílias mais vulneráveis do Vila Biquinhas. A condição de habitação registrou 7 marcações ficando abaixo apenas das 9 indicações na dimensão acesso a serviços e documentação civil; e acima das 4 marcações de vulnerabilidades relacionais. Nota-se, deste modo, um ordenamento diferente no diagnóstico desta família, que vive uma intensa vulnerabilidade habitacional. Destaca-se que das 7 vulnerabilidades apresentadas, 4 não contaram com nenhuma ação planejada. Chama a atenção a vulnerabilidade de habitação, que não teve nenhuma ação planejada – considerando a relevância da moradia como ativo importante para as famílias vulneráveis, como destaca Moser (1997). Novamente é preciso mencionar as 4 ações planejadas para uma vulnerabilidade não diagnosticada, no caso, para a saúde. Neste plano apareceu uma ação denominada “Discussão na Rede - NIR Técnico”, demonstrando a falta de clareza dos executores do plano sobre quais ações devem ser lançadas no PAF, já que este tipo de ação se refere à dinâmica interna de trabalho e não uma meta a ser estabelecida para a família.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com famílias vulneráveis requer um esforço conjunto de várias políticas públicas, tendo em vista a multidimensionalidade da condição de vulnerabilidade familiar que demanda um conjunto articulado de ações que abarquem essa complexidade. Partindo dessa suposição, este trabalho teve como propósito discutir os desafios do trabalho com famílias vulneráveis a partir da experiência do Projeto Família Cidadã- BH Sem Miséria, com foco no diagnóstico do perfil de vulnerabilidade e do planejamento das ações junto às famílias.

Inicialmente realizou-se uma revisão bibliográfica sobre pobreza e vulnerabilidade, que resultou no aprendizado de que existem diferentes enfoques sobre a pobreza, uni e multidimensionais, que a compreendem de modo mais específico (como o enfoque monetário) ou abrangente (como o das necessidades básicas insatisfeitas e o das capacidades). A pobreza pode ser analisada ainda sob a perspectiva absoluta ou relativa e pode ter intensidades diferentes em um grupo familiar, sendo uma condução crônica ou transitória. A definição do enfoque sobre a pobreza é crucial para o trabalho com famílias nestas condições, pois, com ensina Bronzo (2009), é a partir do enfoque que se mensura quem é pobre e, ao mesmo tempo, que tipo de intervenção poderá ser desenvolvida.

Já a noção de vulnerabilidade foi discutida a partir do modelo de Kaztman e Filgueiras (2006), denominado modelo Ativos, Vulnerabilidades e Estrutura de Oportunidades (AVEO), que define a vulnerabilidade como baixa capacidade das famílias de superar as condições de risco em que se encontram. Para isso, elas devem mobilizar ativos disponíveis na estrutura de oportunidades a elas apresentadas. Aí entra o papel fundamental do estado e das políticas públicas, como mecanismos de indução e disponibilização dessa estrutura.

De posse desse arcabouço teórico foi possível situar o Projeto Família Cidadã – BH sem Miséria como uma estratégia do poder público municipal que parte de um enfoque multidimensional de vulnerabilidade, expresso no diagnóstico das famílias, cujo perfil de vulnerabilidade é levantando com relação a oito diferentes dimensões gerais, desagregadas em várias situações mais específicas. Esse diagnóstico é base para o Plano de Ação Familiar – PAF, instrumento de planejamento do trabalho junto os beneficiários do

projeto, que deve conter ações das diferentes áreas de políticas públicas que possam abarcar a complexidade do problema vivenciado por elas, bem como a abrangência de suas demandas.

Sob uma perspectiva prática, pode-se afirmar que o projeto Família Cidadã-BH Sem Miséria foi muito feliz pelo seu propósito inovador de intervenção junto as família pobres e vulneráveis do município de Belo Horizonte através do Plano de ação Familiar – PAF. Isso porque se trata de uma metodologia de trabalho realizada junto com as famílias participantes, em que os agentes públicos procuraram viabilizar o acesso aos ativos, bens e serviços públicos e sociais, com vistas a fortalecer as capacidades e habilidades dos membros familiares, sem desconsiderar o protagonismo da família, através dos compromissos firmados entre as famílias e o Estado.

A incorporação de um sistema de informação no âmbito do Projeto possibilitou um grande avanço, pois auxiliou no estabelecimento de processos de trabalho entre os setores das políticas envolvidas – lembrando que todas as etapas do trabalho com as famílias foram percorridas via SIGPS: do estabelecimento do marco zero da escolha das famílias, a inserção e atualização de informações cadastrais, o registro dos atendimentos e construção do PAF. Com essas informações é possível verificar através dos indicadores de monitoramento (IDF) se o projeto está obtendo os resultados esperados e fazer os ajustes necessários. Contudo, houveram problemas neste acompanhamento devido à necessidade de preparo do sistema para extração das informações, ao mesmo tempo em que a construção conjunta das metas e informações que alimentam essa ferramenta informacional passou por alterações, ajustes de prazos e de participantes.

A análise do perfil de vulnerabilidade das famílias atendidas pelo projeto evidenciou que os aspectos que precarizam as condições de vida dessas pessoas são de diferentes origens e com resolutividade bastante complexa. Temos destacados o problema da baixa renda, escolarização frágil e descontinuada, vínculos familiares afetados, bem como os vínculos empregatícios precários ou mesmo inexistentes e ocupação habitacional precária na maior parte dos casos. Mas o que chamou a atenção foi o destaque negativo sobre o acesso aos serviços públicos. Está posto um grande desafio para o poder público municipal, através de suas temáticas, que é amadurecer o seu processo de trabalho, de forma a torná-lo visível, acessível e coeso, sem esquecer, principalmente, de ser coerente com as demandas apresentadas.

A atuação das políticas setoriais no projeto merece que sejam feitas observações a respeito. Ao analisarmos as informações do PAF, ficou perceptível a distância entre a proposta do projeto e seus objetivos com as intervenções planejadas. A convergência das ações propostas pelas equipes do projeto para as seis famílias cujos planos foram avaliados é baixa, ou seja, poucas ações se direcionam concretamente ao enfrentamento das situações de vulnerabilidade identificadas. Por certo, o conjunto fechado (engessado) de ações estabelecidas no próprio instrumento do PAF pode ter contribuído com a baixa convergência, bem como as dificuldades para o trabalho conjunto entre as equipes de Assistência, Saúde e Educação, ou até mesmo a baixa participação de outras políticas públicas, como a de habitação, cultura e lazer no projeto. Isso se apresenta como um desafio para o trabalho com famílias vulneráveis: a intervenção só dá conta da abrangência das situações vivenciadas por elas se houver concreta articulação intersetorial das políticas envolvidas.

Outro desafio que essa pesquisa pode perceber é com relação ao uso da ferramenta informacional, o SIGPS. Por se tratar de um sistema de gestão sofisticado e ainda em processo de construção, os dados muitas vezes são de difícil acesso o que quase inviabilizou a pesquisa. Além de dificultar, em termos práticos, a execução do projeto, certamente esse desafio fortalece as perspectivas equivocadas sobre os processos de monitoramento e avaliação, quando vistos como uma forma de vigiar e punir os agentes públicos, ao invés de serem entendidos como etapas inerentes ao ciclo de produção das políticas públicas.

Apesar disso, vale registrar que o projeto funcionou como experiência de fortalecimento do trabalho intersetorial entre os agentes públicos, seja pelo registro conjunto do PAF pelas políticas de Assistência Social, Educação e Saúde, seja pelas Rodas de Conversas com a discussão e socialização dos desafios e experiência de ações intersetoriais exitosa. Certamente podemos afirmar que esse é um caminho sem volta, posto que o foco de atuação sobre as famílias vulneráveis exige um olhar transdisciplinar, colaborativo. O projeto mostrou que não podemos pensar na superação da pobreza e miséria sem uma atuação que abranja diversos aspectos, para além da oferta de renda.

Por outro lado, os resultados analisados nesta monografia mostram que há um longo caminho a se percorrer para o amadurecimento dessa experiência. A começar, os processos de trabalho precisam ser constantemente repensados e ajustados, pois estamos

tratando de uma realidade dinâmica tanto para o poder público quanto para a sociedade, cujos valores e necessidades se modificam com o passar do tempo. Isso também implica num envolvimento e adesão bastante coerente por parte dos atores sociais em relação ao objetivo e metas do projeto, pois as famílias vulneráveis não apresentam demandas simples ou numericamente restritas. Pelos perfis familiares analisados, existe forte possibilidade de estarmos falando de um acúmulo geracional de fragilidades, com grandes barreiras a serem trabalhadas e num espaço de tempo considerável, para alcançarmos resultados palpáveis. E as políticas demonstraram, até o momento, uma capacidade limitada de fazer frente às demandas levantadas.

Por fim, esta pesquisa está longe de esgotar todas as possibilidades de estudo a respeito do projeto. Com a análise aqui realizada, percebemos que existe uma longa trajetória de aprendizado a ser vivenciado no serviço público municipal, não só com relação ao trabalho de intervenção com famílias vulneráveis, mas também em relação a todas as etapas do estabelecimento de políticas públicas, com destaque para o diagnóstico e o planejamento.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDISON, Tony, HULME, David, KANBUR, Ravi. **Poverty Dynamics: Measurement and Understanding from an Interdisciplinary Perspective**. This Draft: 10 December 2007.

BARBOSA, Danielle C. A., **O DESAFIO DA INTERVENÇÃO SOCIAL COM FAMÍLIAS VULNERÁVEIS: análise do Projeto Família Cidadã no CRAS Santa Rosa**. Belo Horizonte, abril, 2017.

BARRIENTOS, Armando. **Does Vulnerability create poverty traps?** Institute of Development Studies (IDS) at the University of Sussex, Brighton, BN1 9RE, UK. CPRC Working Paper 76. May 2007.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Decreto nº 14.878, 02 de abril de 2012. **Institui o Projeto Municipal Família Cidadã – BH Sem Miséria**. Diário Oficial do Município.

BRONZO, Carla. Intervenção com foco nos resultados: elementos para o desenho e avaliação de projetos sociais. In BRONZO, Carla e LAZZARROTTI, Bruno (Organizadores). **Gestão social: o que há de novo?** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004, p. 69-93.

BRONZO, Carla. **Programas de proteção social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção**. Belo Horizonte, Dezembro, 2005.

BRONZO, Carla. **Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão**. In: **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO**. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, 2009.

BRONZO, Carla. **Vulnerabilidade, Empoderamento e Proteção Social. Reflexões a partir de experiências latino americanas**. In: XXXII Encontro da ANPAD, 09,2008, Rio de Janeiro, 2008.

BRONZO, Carla. **Intersetorialidade como princípio e prática nas políticas públicas: reflexões a partir do tema do enfrentamento da pobreza**. In: XX Concurso del CLAD sobre Reforma del Estado y Modernización de la Administración Pública “¿Cómo enfrentar los desafíos de la transversalidad y de la intersectorialidad en la gestión pública?”, Caracas, 2007.

CRONEMBERGER, Izabel H.G. M; TEIXEIRA, Solange M. **FAMÍLIAS VULNERÁVEIS como expressão da questão social, à luz da política de assistência social**. Revista Eletrônica Informe Econômico. Ano 1, n 1, p. 17-26, Ago/ 2013.

DECRETO 11.917, de 01 de janeiro de 2005. **Estabelece as atribuições do Programa BH Cidadania**

DECRETO Nº 7.492, DE 2 DE JUNHO DE 2011. *Institui o Plano Brasil Sem Miséria.*

DECRETO Nº 14.878, DE 02 DE ABRIL DE 2012. *Institui o Projeto Municipal Família Cidadã – BH Sem Miséria.*

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Produto Final do Projeto de Imersão Família Cidadã.** Maio, 2016.

GONÇALVES, Solange Ledi. **Vulnerabilidade das famílias à pobreza: uma análise empírica para seis regiões metropolitanas (2002-2011).** Rio de Janeiro: BNDES, 2015.

JACCOUD, Luciana. **Aprendizados recentes no enfrentamento da desigualdade.** In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da (Org.). *O Brasil sem miséria.* 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2014. Parte III, p. 635-651.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Avaliação de Programas Sociais no Brasil: Repensando Práticas e Metodologia das Pesquisas Avaliativas.** Revista Planejamento e Políticas Públicas. n 36, p.251-275, jan/jul 2011.

KAZTMAN, Rubén; FILGUEIRA, Carlos. **Marco conceitual sobre activos, vulnerabilidade y estrutura de oportunidades.** CEPAL. Oficina de Montevideo, 1999.

KAZTMAN; FILGUEIRA, F. **As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades - AVEO.** In: CUNHA, J. M. P. (org). *Novas Metrôpoles Paulistas: População, vulnerabilidade e segregação.* Campinas: Unicamp, 2006. p. 68-94.

LEI Nº 8.142, de 29 de dezembro de 2000. *Cria o Programa BH Cidadania.*

LEI Nº 9235, DE 26 DE JULHO DE 2006. **CRIA A FUNÇÃO PÚBLICA DE COORDENADOR DOS EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS DE APOIO À FAMÍLIA E À CIDADANIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LOTTA, Gabriela. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. A (org). **Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática.** Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012, p. 20-49.

MENDES, José Manuel, **Sociologia do risco: uma breve introdução e algumas lições.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

MOSER, Caroline O. N. **Gente del barrio, vidas extraordinárias. Activos y reducción de La pobreza en Guayaquil, 1978-2004.** Santiago de Chile: Ediciones SUR, 2010. raducción de Paulina Matta y Georgia Marman.

MOSER C. **Household Responses to Poverty and Vulnerability: Confronting Crisis in Commonwealth, Metro Manila, the Philippines.** The World Bank, Washington, D.C. 1997.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. **A REINVENÇÃO DA RODA: RODA DE CONVERSA: UM INSTRUMENTO METODOLÓGICO POSSÍVEL.** Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan.-jun. 2014

MOURÃO, Marcelo Alves; PASSOS, Alécia Dutra Balona; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **O Programa BH Cidadania: teoria e prática da intersetorialidade.** Belo Horizonte: Únika, 2011.

NAHAS, Maria Inês P. **Mapeando a Exclusão Social em Belo Horizonte.** Revista Planejar BH. p. 29-34 , abr/2000.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Demandas de TIC na SMPS: **Gestão e Tecnologia.** Relatório Gerencial, 2013.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Balanco 2015 Prestação de Contas,** 2015, 415p.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Projeto Especial FAMÍLIA CIDADÃ BH SEM MISÉRIA.** Relatório Gerencial, 2011.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Site de Informações. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/norte>.> Acesso em junho/ 2018

SOUSA, Liliana; RODRIGUES, Sofia. **Emergência de abordagens colaborativas na intervenção com famílias vulneráveis.** In: Manual Práticas Colaborativas e Positivas na Intervenção Social. EAPN Núcleo Distrital de Leiria. Portugal, 2013, p. 16-29.

GRILO, Patrícia. **A complexidade na intervenção com famílias socialmente vulneráveis.** In: Manual Práticas Colaborativas e Positivas na Intervenção Social. EAPN Núcleo Distrital de Leiria. Portugal, 2013, p. 6-15.

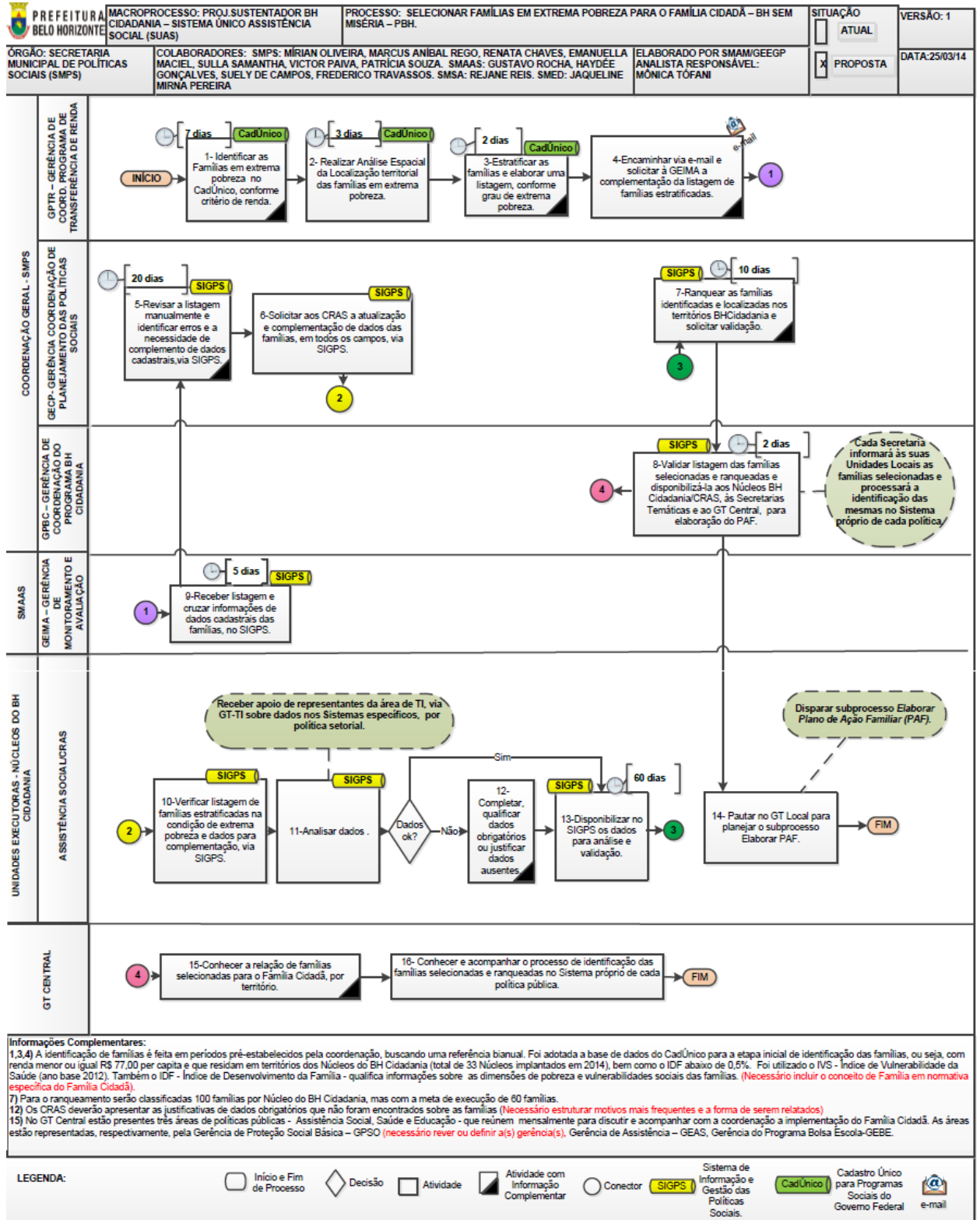
RIVERO, Catarina. **Intervenção positiva com famílias socialmente vulneráveis.** In: Manual Práticas Colaborativas e Positivas na Intervenção Social. EAPN Núcleo Distrital de Leiria. Portugal, 2013, p. 30-53.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública,** v 42, n 3, p. 529-550, mai/ jun 2008.

VEIGA, Laura; BRONZO, Carla. **Estratégias intersetoriais de gestão em contextos vulneráveis: reflexões a partir da experiência de Belo Horizonte.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO CLAD, XIII, 2012, Cartagena de las Índias.

ANEXOS

ANEXO A – Fluxograma de Seleção das Famílias do Projeto Família Cidadã – BH Sem Miséria



## ANEXO B – Plano de Ação Familiar (PAF)



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

PROJETO FAMÍLIA CIDADÃ / BH SEM MISÉRIA - PLANO DE AÇÃO FAMILIAR

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO			
NOME DO RESPONSÁVEL FAMILIAR		CÓDIGO FAMILIAR DO CADÚNICO	Nº DA FAMÍLIA NO SIGPS
ENDEREÇO (NOME DA RUA, AV., ETC.)	Nº	COMPLEMENTO	TELEFONE(S)
BAIRRO	CIDADE	UF	CEP
2. APONTAMENTOS DA FAMÍLIA			

3. OBJETIVOS A SEREM TRABALHADOS COM A FAMÍLIA
<input type="checkbox"/> FORTALECER A FUNÇÃO PROTETIVA DA FAMÍLIA
<input type="checkbox"/> PREVENIR A RUPTURA DOS VÍNCULOS FAMILIARES / COMUNITÁRIOS E PRESERVAR OS DIREITOS DE CADA CIDADÃO
<input type="checkbox"/> PROMOVER ACESSO A SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS
<input type="checkbox"/> PROMOVER ACESSO AOS SERVIÇOS SETORIAIS
<input type="checkbox"/> APOIAR A FAMÍLIA QUE POSSUE INDIVÍDUOS QUE NECESSITAM DE CUIDADOS
<input type="checkbox"/> FAVORECER A AUTONOMIA DOS SEUS MEMBROS E O PROTAGONISMO FAMILIAR
<input type="checkbox"/> PROMOVER O ACESSO ÀS AÇÕES OFERTADAS PELO SUS/BH, DE ACORDO COM OS PROTOCOLOS, FLUXOS E DIRETRIZES
<input type="checkbox"/> ACOMPANHAR A FAMÍLIA E SEUS MEMBROS EM RELAÇÃO ATENÇÃO, ASSISTÊNCIA, VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO DA SAÚDE
<input type="checkbox"/> ACOMPANHAR A FAMÍLIA E SEUS MEMBROS, DE MANEIRA INTERSETORIAL JUNTO AS OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS
<input type="checkbox"/> AVALIAR A DEMANDA DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARA POSSÍVEIS ATENDIMENTOS
<input type="checkbox"/> MONITORAR E ACOMPANHAR A FREQUÊNCIA ESCOLAR DAS CRIANÇAS MATRICULADAS NO ENSINO FUNDAMENTAL
<input type="checkbox"/> PROMOVER O ACESSO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO PLANO DE MELHORIA DE APRENDIZAGEM
<input type="checkbox"/> PROMOVER O ACESSO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PROJETOS/PROGRAMAS ESPECIAIS DA EDUCAÇÃO
<input type="checkbox"/> PROMOVER O ACESSO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFASAGEM ESCOLAR NA EJA
<input type="checkbox"/> PROMOVER O ACESSO DA FAMÍLIA NO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA
<input type="checkbox"/> PROMOVER O ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR OU EJA

4. OUTROS OBJETIVOS A SEREM TRABALHADOS COM A FAMÍLIA	
5. POTENCIALIDADES DA FAMÍLIA	
<input type="checkbox"/> PRESENÇA DE VÍNCULOS FAMILIARES	<input type="checkbox"/> RESPONSABILIDADE PARENTAL PRESERVADA NO CUIDADO FAMILIAR
<input type="checkbox"/> IMPLICAÇÃO DA FAMÍLIA NA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS	<input type="checkbox"/> REDE SOCIAL PRESERVADA PARA GARANTIA DE DIREITOS
<input type="checkbox"/> DISPONIBILIDADE E PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES COMUNITÁRIAS	<input type="checkbox"/> APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO AOS DIREITOS SOCIAIS
6. OUTRAS POTENCIALIDADES DA FAMÍLIA	



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

PROJETO FAMÍLIA CIDADÃ / BH SEM MISÉRIA - PLANO DE AÇÃO FAMILIAR

7. ANÁLISE TÉCNICA		
8. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO		
NOME TÉCNICO RESPONSÁVEL	REGIONAL / BHCIDADANIA - CRAS / CENTRO DE SAÚDE / ESCOLA	BM
NOME TÉCNICO RESPONSÁVEL	REGIONAL / BHCIDADANIA - CRAS / CENTRO DE SAÚDE / ESCOLA	BM
NOME TÉCNICO RESPONSÁVEL	REGIONAL / BHCIDADANIA - CRAS / CENTRO DE SAÚDE / ESCOLA	BM
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL FAMILIAR		DATA DE REALIZAÇÃO DO PLANO ____/____/____

**ANEXO C - DEMANDA DE PESQUISA: CONSOLIDADO:  
VULNERABILIDADES DE FAMÍLIAS ACOMPANHADAS PELO PROJETO  
FAMÍLIA CIDADÃ**

**TABELA 1: VULNERABILIDADES RELACIONAIS**

<b>VULNERABILIDADES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
FAMÍLIA OU MEMBROS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE CONFLITO	617
FAMÍLIA OU MEMBROS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE PRECONCEITO/DISCRIMINAÇÃO	154
FAMÍLIA OU MEMBROS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE ABANDONO	74
FAMÍLIA OU MEMBROS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE APARTAÇÃO	53
FAMÍLIA OU MEMBROS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE CONFINAMENTO	55
FAMÍLIA OU MEMBROS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE ISOLAMENTO	91
FAMÍLIA OU MEMBROS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	243
<b>TOTAL</b>	<b>1.287</b>

*Fonte: Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais - SIGPS*

**TABELA 2: VULNERABILIDADES POR CICLO DE VIDA, DEPENDÊNCIA E DEFICIÊNCIA**

<b>VULNERABILIDADES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
FAMÍLIA COM PESSOA COM DIFICIÊNCIA	277
PRESENÇA DE CRIANÇAS DE 0 (ZERO) A 05 ANOS	730
PRESENÇA DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES DE SEIS A QUATORZE ANOS	940
PRESENÇA DE ADOLESCENTES/JOVENS DE QUINZE A DEZOITO ANOS	596
PRESENÇA DE IDOSOS	238
PRESENÇA DE IDOSOS DEPENDENTE OU SEMIDDEPENDENTE	48
<b>TOTAL</b>	<b>2829</b>

*Fonte: Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais - SIGPS*

**TABELA 3: VULNERABILIDADES DE ESCOLARIDADE**

<b>VULNERABILIDADES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
PRESENÇA DE ADULTOS ANALFABETOS	334
PRESENÇA DE ADULTOS ANALFABETOS FUNCIONAIS	129
PRESENÇA DE ADULTO COM FUNDAMENTAL INCOMPLETO	1037
PRESENÇA DE ADULTO COM SECUNDÁRIO INCOMPLETO	245
PRESENÇA DE CRIANÇA DE ZERO A SEIS ANOS DE IDADE FORA DA ESCOLA	216
PRESENÇA DE CRIANÇA/ADOLESCENTE DE SETE A QUATORZE ANOS DE IDADE FORA DA ESCOLA	46
PRESENÇA DE CRIANÇA/ADOLESCENTE DE DEZ A QUATORZE ANOS DE IDADE ANALFABETO	8

PRESENÇA DE JOVEM DE QUINZE A DEZESSETE ANOS DE IDADE ANALFABETO	10
PRESENÇA DE CRIANÇA/ADOLESCENTE COM ATÉ QUATORZE ANOS DE IDADE COM MAIS DE DOIS ANOS DE ATRASO	57
<b>TOTAL</b>	<b>2.082</b>

Fonte: Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais - SIGPS

**TABELA 4: VUNERABILIDADES DE MATERIAIS**

VUNERABILIDADES	QUANTIDADE
FAMÍLIA ELEGÍVEL AO PBF, MAS NÃO RECEBE O BENEFÍCIO	159
FAMÍLIA ELEGÍVEL AO BPC, MAS NÃO RECEBE O BENEFÍCIO	95
RENDA FAMILIAR PER CAPITA INFERIOR À LINHA DA EXTREMA POBREZA	529
RENDA FAMILIAR PER CAPITA ATÉ ¼ DO SALÁRIO MÍNIMO	735
RENDA FAMILIAR PER CAPITA ATÉ ½ SALÁRIO MÍNIMO	233
<b>TOTAL</b>	<b>1.751</b>

Fonte: Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais - SIGPS

**TABELA 5: VUNERABILIDADES DE EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

VUNERABILIDADES	QUANTIDADE
MAIS DA METADE DOS MEMBROS EM IDADE ATIVA ENCONTRA-SE SEM OCUPAÇÃO	900
PRESENÇA DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES COM MENOS DE DEZESSEIS ANOS DE IDADE TRABALHANDO	9
PRESENÇA DE CRIANÇAS COM MENOS DE DEZ ANOS DE IDADE TRABALHANDO	1
FAMÍLIA COM NECESSIDADE DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	1.068
<b>TOTAL</b>	<b>1.978</b>

Fonte: Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais - SIGPS

**TABELA 6: VUNERABILIDADES DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS**

VUNERABILIDADES	QUANTIDADE
DENSIDADE DE MAIS DE DOIS MORADORES POR DORMITÓRIO	737
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO NÃO PERMANENTE	45
ACESSO INADEQUADO À ÁGUA	91
ESGOTAMENTO SANITÁRIO INADEQUADO	138
SEM COLETA DE LIXO	56
SEM ACESSO À ELETRICIDADE	24
SEM ACESSO A ÁGUA FILTRADA	153
SEM ACESSO A GELADEIRA	33
<b>TOTAL</b>	<b>1.277</b>

Fonte: Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais - SIGPS

**TABELA 7: VUNERABILIDADES DA SAÚDE**

VUNERABILIDADES	QUANTIDADE
CRIANÇA MENOR DE CINCO ANOS COM VACINAÇÃO ATRASADA	41
CRIANÇA DE 0 (ZERO) A 5 (CINCO) ANOS SEM CLASSIFICAÇÃO NUTRICIONAL	41
CRIANÇA MENOR DE 1 (UM) ANO SEM ACOMPANHAMENTO DE PUERICULTURA	19
CRIANÇA DE 1(UM) A 2 (DOIS) ANOS SEM ACOMPANHAMENTO DE PUERICULTURA	16
ADOLESCENTE ENTRE 10 A 18 ANOS SEM ACOMPANHAMENTO	187
ADOLESCENTE ENTRE 10 A 18 ANOS SEM REGISTRO DE VACINAÇÃO ANTI-HEPATITE B	136
GESTANTE NÃO CAPTADA	4
IDOSO COM 60 OU MAIS SEM VACINAÇÃO CONTRA-INFLUENZA	28
IDOSO COM 80 ANOS OU MAIS SEM ACOMPANHAMENTO	3
FAMÍLIA COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO FAMILIAR 4,5 OU 6	153
PRESENÇA DE CONDIÇÕES E/OU PATOLOGIAS PRIORITÁRIAS	532
<b>TOTAL</b>	<b>1.160</b>

**TABELA 8: VUNERABILIDADES DE ACESSO A SERVIÇOS E DOCUMENTAÇÃO CIVIL**

VUNERABILIDADES	QUANTIDADE
FAMÍLIA COM MEMBROS SEM DOCUMENTAÇÃO CIVIL COMPLETA	779
FAMÍLIA COM ACESSO RESTRITO A ALIMENTAÇÃO BÁSICA	889
FAMÍLIA SEM ACESSO, MESMO QUE MOMENTÂNEO, AO CREAS/PAEFI	16
FAMÍLIA SEM ACESSO, MESMO QUE MOMENTÂNEO, AO SCFV	282
FAMÍLIA SEM ACESSO, MESMO QUE MOMENTÂNEO, A SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	6
FAMÍLIA COM ACESSO RESTRITO À POLÍTICA DE LAZER	1029
FAMÍLIA SEM ACESSO, MESMO QUE MOMENTÂNEO, A ALGUM SERVIÇO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	224
FAMÍLIA COM ACESSO RESTRITO À POLÍTICA DE CULTURA	988
FAMÍLIA SEM ACESSO, MESMO QUE MOMENTÂNEO, A ALGUM SERVIÇO DA POLÍTICA DE SAÚDE	155
FAMÍLIA SEM ACESSO, MESMO QUE MOMENTÂNEO, A ALGUM SERVIÇO DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO	256
<b>TOTAL</b>	<b>4624</b>

Fonte: Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais - SIGPS

**ANEXO D - DEMANDA DE PESQUISA: NÚCLEO BHC VILA BIQUINHAS**

**CONSOLIDADO: VULNERABILIDADES DE FAMÍLIAS  
ACOMPANHADAS PELO PROJETO FAMÍLIA CIDADÃ**

**TABELA 1: VULNERABILIDADES RELACIONAIS**

<b>VULNERABILIDADES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
FAMÍLIA OU MEMBROS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE CONFLITO	36
FAMÍLIA OU MEMBROS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE PRECONCEITO/DISCRIMINAÇÃO	24
FAMÍLIA OU MEMBROS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE ABANDONO	5
FAMÍLIA OU MEMBROS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE APARTAÇÃO	6
FAMÍLIA OU MEMBROS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE CONFINAMENTO	7
FAMÍLIA OU MEMBROS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE ISOLAMENTO	12
FAMÍLIA OU MEMBROS FAMILIARES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	16
<b>TOTAL</b>	<b>106</b>

*Fonte: Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais - SIGPS*

**TABELA 2: VULNERABILIDADES POR CICLO DE VIDA, DEPENDÊNCIA E DEFICIÊNCIA**

<b>VULNERABILIDADES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
FAMÍLIA COM PESSOA COM DIFICIÊNCIA	13
PRESENÇA DE CRIANÇAS DE 0 (ZERO) A 05 ANOS	31
PRESENÇA DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES DE SEIS A QUATORZE ANOS	44
PRESENÇA DE ADOLESCENTES/JOVENS DE QUINZE A DEZOITO ANOS	22
PRESENÇA DE IDOSOS	6
PRESENÇA DE IDOSOS DEPENDENTE OU SEMIDDEPENDENTE	2
<b>TOTAL</b>	<b>118</b>

*Fonte: Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais - SIGPS*

**TABELA 3: VULNERABILIDADES DE ESCOLARIDADE**

<b>VULNERABILIDADES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
PRESENÇA DE ADULTOS ANALFABETOS	12
PRESENÇA DE ADULTOS ANALFABETOS FUNCIONAIS	2
PRESENÇA DE ADULTO COM FUNDAMENTAL INCOMPLETO	9
PRESENÇA DE ADULTO COM SECUNDÁRIO INCOMPLETO	11
PRESENÇA DE CRIANÇA DE ZERO A SEIS ANOS DE IDADE FORA DA ESCOLA	40
PRESENÇA DE CRIANÇA/ADOLESCENTE DE SETE A QUATORZE ANOS DE IDADE FORA DA ESCOLA	0
PRESENÇA DE CRIANÇA/ADOLESCENTE DE DEZ A QUATORZE ANOS DE IDADE ANALFABETO	0

PRESENÇA DE JOVEM DE QUINZE A DEZESSETE ANOS DE IDADE ANALFABETO	0
PRESENÇA DE CRIANÇA/ADOLESCENTE COM ATÉ QUATORZE ANOS DE IDADE COM MAIS DE DOIS ANOS DE ATRASO	2
<b>TOTAL</b>	<b>76</b>

Fonte: Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais – SIGPS

**TABELA 4: VUNERABILIDADES DE MATERIAIS**

VUNERABILIDADES	QUANTIDADE
FAMÍLIA ELEGÍVEL AO PBF, MAS NÃO RECEBE O BENEFÍCIO	2
FAMÍLIA ELEGÍVEL AO BPC, MAS NÃO RECEBE O BENEFÍCIO	6
RENDA FAMILIAR PER CAPITA INFERIOR À LINHA DA EXTREMA POBREZA	35
RENDA FAMILIAR PER CAPITA ATÉ ¼ DO SALÁRIO MÍNIMO	18
RENDA FAMILIAR PER CAPITA ATÉ ½ SALÁRIO MÍNIMO	3
<b>TOTAL</b>	<b>64</b>

Fonte: Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais - SIGPS

**TABELA 5: VUNERABILIDADES DE EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

VUNERABILIDADES	QUANTIDADE
MAIS DA METADE DOS MEMBROS EM IDADE ATIVA ENCONTRA-SE SEM OCUPAÇÃO	51
PRESENÇA DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES COM MENOS DE DEZESSEIS ANOS DE IDADE TRABALHANDO	0
PRESENÇA DE CRIANÇAS COM MENOS DE DEZ ANOS DE IDADE TRABALHANDO	0
FAMÍLIA COM NECESSIDADE DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	51
<b>TOTAL</b>	<b>102</b>

Fonte: Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais – SIGPS

**TABELA 6: VUNERABILIDADES DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS**

VUNERABILIDADES	QUANTIDADE
DENSIDADE DE MAIS DE DOIS MORADORES POR DORMITÓRIO	43
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO NÃO PERMANENTE	4
ACESSO INADEQUADO À ÁGUA	1
ESGOTAMENTO SANITÁRIO INADEQUADO	21
SEM COLETA DE LIXO	0
SEM ACESSO À ELETRICIDADE	1
SEM ACESSO A ÁGUA FILTRADA	1
SEM ACESSO A GELADEIRA	1
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>

fonte: Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais – SIGPS

**TABELA 7: VUNERABILIDADES DA SAÚDE**

VUNERABILIDADES	QUANTIDADE
CRIANÇA MENOR DE CINCO ANOS COM VACINAÇÃO ATRASADA	1
CRIANÇA DE 0 (ZERO) A 5 (CINCO) ANOS SEM CLASSIFICAÇÃO NUTRICIONAL	0
CRIANÇA MENOR DE 1 (UM) ANO SEM ACOMPANHAMENTO DE PUERICULTURA	0
CRIANÇA DE 1(UM) A 2 (DOIS) ANOS SEM ACOMPANHAMENTO DE PUERICULTURA	1
ADOLESCENTE ENTRE 10 A 18 ANOS SEM ACOMPANHAMENTO	1
ADOLESCENTE ENTRE 10 A 18 ANOS SEM REGISTRO DE VACINAÇÃO ANTI-HEPATITE B	1
GESTANTE NÃO CAPTADA	0
IDOSO COM 60 OU MAIS SEM VACINAÇÃO CONTRA-INFLUENZA	0
IDOSO COM 80 ANOS OU MAIS SEM ACOMPANHAMENTO	0
FAMÍLIA COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO FAMILIAR 4,5 OU 6	4
PRESENÇA DE CONDIÇÕES E/OU PATOLOGIAS PRIORITÁRIAS	1
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>

Fonte: Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais – SIGPS

**TABELA 8: VUNERABILIDADES DE ACESSO A SERVIÇOS E DOCUMENTAÇÃO CIVIL**

VUNERABILIDADES	QUANTIDADE
FAMÍLIA COM MEMBROS SEM DOCUMENTAÇÃO CIVIL COMPLETA	19
FAMÍLIA COM ACESSO RESTRITO A ALIMENTAÇÃO BÁSICA	47
FAMÍLIA SEM ACESSO, MESMO QUE MOMENTÂNEO, AO CREAS/PAEFI	2
FAMÍLIA SEM ACESSO, MESMO QUE MOMENTÂNEO, AO SCFV	43
FAMÍLIA SEM ACESSO, MESMO QUE MOMENTÂNEO, A SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	2
FAMÍLIA COM ACESSO RESTRITO À POLÍTICA DE LAZER	54
FAMÍLIA SEM ACESSO, MESMO QUE MOMENTÂNEO, A ALGUM SERVIÇO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	15
FAMÍLIA COM ACESSO RESTRITO À POLÍTICA DE CULTURA	53
FAMÍLIA SEM ACESSO, MESMO QUE MOMENTÂNEO, A ALGUM SERVIÇO DA POLÍTICA DE SAÚDE	32
FAMÍLIA SEM ACESSO, MESMO QUE MOMENTÂNEO, A ALGUM SERVIÇO DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO	39
<b>TOTAL</b>	<b>306</b>

Fonte: Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais – SIGPS

### ANEXO E - Quadro de Vulnerabilidades total

	RELACIONAL	POR CICLO DE VIDA	ESCOLARIDADE	MATERIAIS	EMPREGO	HABITAÇÃO	SAÚDE	ACESSO A SERVIÇOS	TOTAL
INDEPENDÊNCIA	51	118	71	66	60	31	2	152	11
PETRÓPOLIS	39	118	73	53	73	64	0	47	77
VILA CEMIG	16	73	51	47	39	22		56	07
VILA MARÇOLA	40	93	80	72	86	47	4	98	70
VILA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	19	88	55	59	42	27		99	93
VILA SANTAR RITA DE CÁSSIA	40	70	38	66	49	12	1	94	30
ALTO VERA CRUZ	12	64	17	35	26	11	5	99	79
GRANJA DE FREITAS	28	81	47	50	66	26	2	77	97
MARIANO DE ABREU	20	65	46	43	50	11		117	60
TAQUARIL	32	58	54	38	45	70	1	150	68
CONJUNTO PAULO VI	27	101	68	49	58	44		152	99
UNIÃO	24	35	32	18	28	25	5	54	41
VILA MARIA	29	89	61	51	73	60	2	196	01
PEDREIRA PRADO LOPES	48	72	100	61	67	38	0	146	52
VILA CALIFÓRNIA	49	104	73	54	58	49		131	24
VILA COQUEIRAL	73	82	67	67	61	55	21	169	95
VILA SENHOR DOS PASSOS	81	90	39	70	73	24	7	183	27
VILA SUMARÉ	4	27	30	24	29	14	6	84	48
JARDIM FELICIDADE	36	102	77	40	69	42	6	102	14
NOVO ARÃO REIS	50	98	67	56	58	89	1	146	85
PROVIDÊNCIA	42	93	75	55	47	24	8	111	75
VILA BIQUINHAS	106	118	76	64	102	72		306	53
ZILÁH SPÓSITO	17	91	65	28	31	25		41	04
MORRO DAS PEDRAS	10	71	47	49	59	25	0	145	76
HAVAÍ VENTOSA	81	106	94	67	68	45		131	99
VILA ANTENA	18	42	47	40	37	23	2	62	81

VISTA ALEGRE I	26	77	52	46	54	39	4	162	00
CONFISCO	60	90	86	60	85	56	1	242	20
NOVO OURO PRETO	25	70	36	43	63	14	3	177	01
VILA SANTA ROSA	17	81	47	55	43	35	6	160	64
VILA SÃO JOSÉ	74	101	99	67	90	43	8	234	96
LAGOA	14	86	77	47	50	33	5	114	36
MANTIQUEIRA	43	96	72	59	76	60	5	216	17
VILA APOLÔNIA	36	79	63	52	63	22		171	88
TOTAL	1287	2829	2080	1751	1977	1276	159	4624	6983

## ANEXO F - Quadro de Vulnerabilidades por Núcleo BHC e por regional

REGIONAL	CRAS	RELACIONAL	POR CICLO DE VIDA	ESCOLARIDADE	MATERIAIS	EMPREGO	HABITAÇÃO	SAÚDE	ACESSO A SERVIÇOS	TOTAL
BARREIRO	INDEPENDÊNCIA	51	118	71	66	60	31	62	152	611
	PETRÓPOLIS	39	118	73	53	73	64	10	47	477
	VILA CEMIG	16	73	51	47	39	22	3	56	307
	TOTAL	106	309	195	166	171	117	74	255	1395
CENTRO SUL	VILA MARÇOLA	40	93	80	72	86	47	54	98	570
	VILA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	19	88	55	59	42	27	4	99	393
	VILA SANTARITA DE CÁSSIA	40	70	38	66	49	12	61	94	430
	TOTAL	99	251	173	197	177	86	119	291	1393
LESTE	ALTO VERA CRUZ	12	64	17	35	26	11	15	99	279
	GRANJA DE FREITAS	28	81	47	50	66	26	22	77	397
	MARIANO DE ABREU	20	65	46	43	50	11	8	117	360
	TAQUARIL	32	58	54	38	45	70	21	150	468
	TOTAL	92	268	164	166	187	118	66	443	1504
NORDESTE	CONJUNTO PAULO VI	27	101	68	49	58	44	0	152	499
	UNIÃO	24	35	32	18	28	25	25	54	241
	VILA MARIA	29	89	61	51	73	60	42	196	601
	TOTAL	80	225	161	118	159	129	67	402	1341
NOROESTE	PEDREIRA PRADO LOPES	48	72	100	61	67	38	20	146	552
	VILA CALIFÓRNIA	49	104	73	54	58	49	6	131	524
	VILA COQUEIRAL	73	82	67	67	61	55	121	169	695
	VILA SENHOR DOS PASSOS	81	90	39	70	73	24	67	183	627
	VILA SUMARÉ	4	27	30	24	29	14	36	84	248
	TOTAL	255	375	307	276	288	180	250	713	2646
NORTE	JARDIM FELICIDADE	36	102	77	40	69	42	46	102	514
	NOVO ARÃO REIS	50	98	67	56	58	89	21	146	585
	PROVIDÊNCIA	42	93	75	55	47	24	28	111	475
	VILA BIQUINHAS	106	118	76	64	102	72	9	306	853
	ZILÁH SPÓSITO	17	91	65	28	31	25	6	41	304
	TOTAL	251	502	360	243	307	251	110	706	2731
OESTE	MORRO DAS PEDRAS	10	71	47	49	59	25	70	145	476
	HAVAÍ VENTOSA	81	106	94	67	68	45	7	131	599
	VILA ANTENA	18	42	47	40	37	23	12	62	281
	VISTA ALEGRE I	26	77	52	46	54	39	44	162	500
	TOTAL	135	296	240	202	218	132	133	500	1856
PAMPULHA	CONFISCO	60	90	86	60	85	56	41	242	720
	NOVO OURO PRETO	25	70	36	43	63	14	73	177	501
	VILA SANTA ROSA	17	81	47	55	43	35	26	160	464

	VILA SÃO JOSÉ	74	101	99	67	90	43	88	234	796
	TOTAL	176	342	268	225	281	148	228	813	2481
VENDA NOVA	LAGOA	14	86	77	47	50	33	15	114	436
	MANTIQUEIRA	43	96	72	59	76	60	95	216	717
	VILA APOLÔNIA	36	79	63	52	63	22	2	171	488
	TOTAL	93	261	212	158	189	115	112	501	1641

Fonte: SIGPS.